

CONTRATO OCS Nº 440 /2017CONTRATO SRM Nº 4400002869

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL – BNDES E RCS TECNOLOGIA  
LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **RCS TECNOLOGIA LTDA**, com sede em CLSW 303 BL B, Sala 38/40 – 2º pavimento – Edifício Rhodes Center III - Sudoeste, CEP: 70673 - 622, Brasília – Distrito Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.220.952/0001-22, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico AARH nº 55/17 - **BNDES**, autorizado em 15/08/2017, por intermédio da IP ATI/DESET nº 32/17, de 08/08/2017, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3101700010, centro de custo nº BN00004000 – CC TI1, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação continuada de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, para o datacenter do BNDES, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico AARH nº 55/17 - **BNDES**) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, por até 12 (doze) meses.

### **Parágrafo Primeiro**

Até 90 (noventa) dias antes do término do período de vigência contratual, cabe ao **CONTRATADO** comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período, sob pena de se presumir a sua anuência em celebrar o aditivo de prorrogação.

### **Parágrafo Segundo**

Caso o **CONTRATADO** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades deste Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO**

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

### **Parágrafo Único**

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

## **CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor do Contrato, mencionado na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O BNDES pagará ao CONTRATADO, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 1.940.000,00 (hum milhão, novecentos e quarenta mil reais), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento, e a seguinte composição:

Serviços básicos				
Serviço		Valor unitário mensal (A)	Valor total (B = A x 12meses)	
Serviços básicos		R\$ 77.798,84	R\$ 933.586,08	
Posto de trabalho				
Perfil de posto de trabalho	Quantidade de profissionais (C)	Valor unitário mensal do perfil por profissional (D)	Valor mensal de todos os profissionais do perfil (E = C x D)	Valor total do posto (F = E x 12meses)
Técnico em eletrotécnica	4	R\$ 13.551,30	R\$ 54.205,20	R\$ 650.462,40
Serviços com pagamento por demanda				
Descrição	Quantidade Máxima (G)	Valor unitário (H)	Valor máximo do serviço (G x H)	
Treinamento de brigadistas (por pessoa)	60	R\$ 339,48	R\$ 20.368,80	
Teste de estanqueidade da sala-cofre	4	R\$ 6.841,62	R\$ 27.366,48	
Abertura e fechamento de passagem selada nova na sala-cofre	2	R\$ 2.499,80	R\$ 4.999,60	
Teste com banco de carga	1	R\$ 9.076,13	R\$ 9.076,13	
Substituição de banco de baterias de no-break	2	R\$ 65.516,93	R\$ 131.033,86	
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso na sala-cofre	2	R\$ 53.836,02	R\$ 107.672,04	
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso em sala de energia	2	R\$ 14.517,98	R\$ 29.035,96	
Emissão de parecer técnico	3	R\$ 3.199,85	R\$ 9.599,55	
Instalação de suporte para câmera de vigilância	30	R\$ 559,97	R\$ 16.799,10	
Somatório dos valores máximos dos serviços com pagamento por demanda (I)			R\$ 355.951,52	
Valor global da proposta (B + F + I)			R\$ 1.940.000,00	
Valor global da proposta por extenso: Hum milhão novecentos e quarenta mil reais)				

#### **Parágrafo Primeiro**

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

#### **Parágrafo Segundo**

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### **Parágrafo Terceiro**

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

#### **Parágrafo Quarto**

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo, conforme o caso:

I. complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato; ou

II. reverter o excedente como lucro, sendo facultada ao **BNDES** a promoção de negociação com vistas a eventual prorrogação contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO**

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, mensalmente, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

#### **Parágrafo Primeiro**

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá encaminhar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, ou, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

#### **Parágrafo Segundo**

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número do Contrato SRM;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal e trabalhista tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador dos serviços: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador dos serviços: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XI. código dos serviços, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

#### **Parágrafo Terceiro**

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

#### **Parágrafo Quarto**

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

#### Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

#### Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

#### Parágrafo Oitavo

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas (inclusive FGTS) e previdenciárias, no prazo fixado, o **BNDES** comunicará o fato ao **CONTRATADO** e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao da obrigação cujo adimplemento não tenha sido comprovado, até que a situação seja regularizada.

#### Parágrafo Nono

Na hipótese do Parágrafo anterior, não sendo regularizada a situação no prazo de 15 (quinze) dias, o **BNDES**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá efetuar o pagamento das respectivas obrigações diretamente aos profissionais alocados à prestação de serviço, ou em juízo, observado o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias do **CONTRATADO**.

### CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante repactuação, reajuste ou revisão de preços, conforme o caso.

#### Parágrafo Primeiro

A repactuação de preços relativa ao posto de trabalho, na forma prevista na legislação, poderá ser requerida pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 29/08/2017, data limite para a apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), ou da data do orçamento a que a proposta se referir, e os seguintes da data do fato gerador anterior, observando-se que:



I. no que tange aos custos decorrentes de mão de obra, determinados por norma coletiva de trabalho, será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir e como data do fato gerador anterior a data dos instrumentos coletivos mencionados vigentes à época da proposta ou da repactuação anterior, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou norma coletiva de trabalho;

II. no que diz respeito aos insumos reajustados de acordo com os valores de mercado, o prazo mínimo de 12 (doze) meses para a realização da primeira repactuação de preços será contado da data limite para a apresentação da proposta (Anexo II do Contrato) e, para a realização das repactuações seguintes, o prazo será contado a partir do fato gerador da última repactuação;

III. a repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos;

IV. é vedada a utilização de índice geral ou setorial como indexador dos custos que compõem o preço do Contrato;

V. o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e o momento do pedido de repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor contratual então vigente; e

VI. deverão ser apresentados os documentos comprobatórios do aumento de custo, tais como, norma coletiva de trabalho, indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência e tarifas públicas.

### Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão; e

III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

#### Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar a repactuação e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador da repactuação e/ou da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a repactuação e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador da repactuação, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a repactuação;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de repactuação e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite a repactuação e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito à repactuação e/ou à revisão.

#### Parágrafo Quinto

O registro do acordo ou convenção coletiva é um requisito para a concessão da repactuação correlata pelo **BNDES**, cumprindo ao **CONTRATADO**, na hipótese de celebração de convenção coletiva, notificar judicial ou extrajudicialmente o sindicato competente para a promoção do registro, caso este não o faça em prazo razoável, para que seja deferida a repactuação.



#### Parágrafo Sexto

Se o processo de repactuação e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após a repactuação e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no Inciso anterior.

#### Parágrafo Sétimo

Na ocorrência da hipótese prevista no Inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de repactuação e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

#### Parágrafo Oitavo

O reajuste de preços relativos aos serviços objeto do contrato, com exceção do posto de trabalho, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 29/08/2017, data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

#### Parágrafo Nono

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

#### **Parágrafo Décimo**

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

#### **Parágrafo Décimo Primeiro**

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

### **CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCOS**

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

#### **Parágrafo Primeiro**

A repactuação e o reajuste aludidos na Matriz de Riscos devem respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

#### **Parágrafo Segundo**

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, sob pena de aplicação de multa nos termos deste Contrato, garantia contratual, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes;

a.1.4) cobertura dos riscos de inadimplemento, pelo **CONTRATADO**, de dívidas de natureza trabalhista e previdenciária.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

#### Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Segundo

Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

#### Parágrafo Terceiro

Nos demais casos de alteração do Contrato, sempre que o mesmo for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

#### Parágrafo Quarto

No caso de Consórcio, somente será aceita uma única garantia.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição, a si ou a qualquer consorciada, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;

V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;

VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:

a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou

b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;

VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;

IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

X. apresentar, tempestivamente, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidades, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;

XI. orientar os profissionais alocados na execução dos serviços para que se comportem de forma cordial, e que estejam sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com os serviços;

XII. controlar a frequência, a assiduidade e a pontualidade dos empregados alocados na execução dos serviços, descontando do preço as faltas e os atrasos com base em relatório mensal de frequência;

XIII. zelar pela segurança dos profissionais alocados na execução dos serviços, responsabilizando-se por quaisquer acidentes, em serviço, de que venham a ser vítimas;

XIV. impedir que os profissionais alocados na execução dos serviços realizem horas extraordinárias, exceto quando devidamente solicitado pelo **BNDES**, observando-se os limites impostos no item 6.4.5 do Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento

XV. pagar os salários e os insumos dos profissionais alocados na execução dos serviços, de acordo com os valores indicados na planilha de custos e formação de



preços. Tais valores poderão ser reduzidos, desde que garantida a qualidade da prestação dos serviços e desde que a redução seja comunicada ao **BNDES** para que este possa promover o reequilíbrio dos preços, sendo-lhe facultada a análise de exequibilidade dos novos valores;

**XVI.** fornecer, sempre que solicitado pelo **BNDES**, comprovação das informações apresentadas na planilha de custos e formação de preços, efetuando os ajustes necessários;

**XVII.** fornecer todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, nos termos dispostos no item 5.2.4.2.3.2 do Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento;

**XVIII.** responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

**XIX.** devolver, ao final do Contrato, os crachás de identificação fornecidos pelo **BNDES**;

**XX.** responsabilizar-se pela investigação de antecedentes sociais dos profissionais alocados na execução dos serviços, podendo o **BNDES** exigir, a qualquer tempo, sua comprovação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DO CONTRATADO**

O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais designados para a prestação de serviço, observando, especialmente, as obrigações seguintes:

**I.** pagar os salários e demais verbas passadas diretamente ao profissional, por depósito na conta bancária do mesmo aberta pelo **CONTRATADO** para esse fim, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, no prazo estabelecido pelo Gestor do Contrato;

**II.** observar as obrigações previstas na norma coletiva aplicável à categoria profissional do empregado, inclusive no que diz respeito a pisos salariais;

**III.** respeitar o piso salarial estipulado na proposta (Anexo II deste Instrumento), sem prejuízo do disposto no Inciso anterior;

**IV.** cumprir as obrigações trabalhistas de acordo com os valores e especificações indicados na planilha de custos e formação de preços (contida na proposta – Anexo II deste Instrumento), sempre respeitados os mínimos previstos na norma coletiva aplicável e no Termo de Referência;

V. atender a legislação relativa à segurança e à medicina do trabalho, e em particular as Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e

VI. pagar antecipadamente, em parcela única mensal, os insumos referentes a vale-transporte e auxílio-alimentação.

#### **Parágrafo Primeiro**

Devem ser mantidos e atualizados pelo **CONTRATADO**, bem como exibidos por meio de cópias eletrônicas, sempre que solicitadas pelo **BNDES**, os registros, anotações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tais como:

I. o contrato de trabalho, o regulamento interno da empresa, se houver, a norma coletiva aplicável à categoria profissional do empregado;

II. o registro do empregado e a carteira de trabalho e previdência social – CTPS devidamente assinada;

III. o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização das avaliações médicas (admissional, periódica, demissional e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função) e exames complementares determinados pelo médico do trabalho;

IV. documento comprobatório do cadastramento do profissional no regime do PIS/PASEP;

V. documento comprobatório do pagamento das contribuições previdenciárias dos empregados e do empregador;

VI. cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo profissional, ou documento comprobatório do registro eletrônico de ponto, nos quais constem as horas trabalhadas normais e extraordinárias, se for o caso;

VII. recibo de concessão de aviso de férias, a ser dado 30 (trinta) dias antes do respectivo gozo;

VIII. documento comprobatório de depósito bancário na conta do profissional referente ao pagamento dos salários mensais e adicionais aplicáveis, férias acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário (primeira e segunda parcelas);

IX. documento comprobatório de pagamento do salário-família, caso devido, por depósito bancário na conta do profissional, aberta nos termos do Inciso I do *caput* desta Cláusula;

X. documento comprobatório de opção e fornecimento de vale-transporte, quando for o caso;

XI. documento comprobatório de fornecimento de auxílio-alimentação;

- XII. documento comprobatório de recolhimento das contribuições devidas aos sindicatos;
- XIII. documento comprobatório de entrega e do conteúdo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- XIV. documento que ateste o recebimento pelo profissional de equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;
- XV. documento comprobatório do recolhimento dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas dos profissionais;
- XVI. documento comprobatório da entrega e do conteúdo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- XVII. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação do serviço, em que conste como tomador o **BNDES**;
- XVIII. cópia dos contracheques dos profissionais alocados na execução do serviço, relativos a qualquer mês da prestação de serviço
- XIX. documento comprobatório de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou por este Contrato
- XX. em caso de demissão ou rescisão de contrato de trabalho, os seguintes documentos:
- a) termos que cuidem da demissão ou rescisão do contrato, sua respectiva homologação e quitação de verbas rescisórias, na forma da legislação;
  - b) documento comprobatório da concessão de aviso prévio pelo **CONTRATADO** ou pelo profissional;
  - c) documento comprobatório da entrega dos documentos necessários à obtenção de seguro-desemprego pelo profissional, nas hipóteses em que o mesmo faça jus ao benefício;
  - d) guias de recolhimento do FGTS e das contribuições sociais devidas;
  - e) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada profissional dispensado; e
  - f) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional, quando exigível.

### Parágrafo Segundo

Fica estabelecido que o **CONTRATADO** é considerado, para todos os fins e efeitos jurídicos, como único e exclusivo empregador dos profissionais alocados à prestação de serviço, sendo o responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, cabendo-lhe reembolsar o **BNDES** ou suas subsidiárias de todas as despesas que estes tiverem, inclusive custas, emolumentos e honorários advocatícios,

resultantes de sua condenação judicial a honrar obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou ainda a pagar indenizações decorrentes das relações de trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES**

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

##### **Parágrafo Primeiro**

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

##### **Parágrafo Segundo**

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

### Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

### Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) ou requisitados ao Gestor do Contrato.

### Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* ([www.bndes.gov.br/ouvidoria](http://www.bndes.gov.br/ouvidoria)); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da



existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

II. designar, como Gestor do Contrato, José Maciel Franco Júnior, que atualmente exerce a função de Coordenador de Serviços da ATI/DESET/GINF, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

IV. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;

V. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

VI. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;

- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a cessão deste Contrato de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

##### **Parágrafo Primeiro**

Para os efeitos desta Cláusula, também se entende por cessão de contrato, a associação formal ou informal, permanente ou provisória, tal como a constituição de consórcio não autorizado pelo **BNDES**, que implique encarregar terceiros da execução do objeto deste Contrato.

##### **Parágrafo Segundo**

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

##### **Parágrafo Terceiro**

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

##### **Parágrafo Quarto**

É admitida a subcontratação da parcela do objeto deste Contrato referente a serviços acessórios, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal operação; e
- II. atendimento de todas as condições contratuais e requisitos para a subcontratação previstos no Edital e no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), cabendo ao **CONTRATADO** apresentar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, os respectivos documentos comprobatórios.

#### Parágrafo Quinto

A subcontratação pode ser realizada com sociedades distintas e de forma simultânea, devendo, em todos os casos, ser relacionada à parcela do objeto autorizada pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Sexto

Caso o **CONTRATADO** opte por subcontratar o objeto deste Contrato, permanecerá como responsável perante o **BNDES** pela adequada execução do ajuste, sujeitando-se, inclusive, às penalidades previstas neste Contrato, na hipótese de não cumprir as obrigações ora pactuadas, ainda que por culpa da sociedade subcontratada.

#### Parágrafo Sétimo

Aceita, pelo **BNDES**, a subcontratação, o **CONTRATADO** deverá apresentar os Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo I (Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação) deste Contrato, assinados pelo representante legal e pelos profissionais da sociedade subcontratada envolvidos na execução dos serviços subcontratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa:

- a) De até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, caso o **CONTRATADO** não respeite o momento limite para início de atendimento, conforme descrito no item 6.6.9.c) do Termo de Referência (Anexo I ao Edital), de um chamado de severidade grave, com perda de pontos superior a 10, conforme item 11 da tabela do item 6.7.5 do referido Anexo;
- b) De até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, caso o **CONTRATADO** não respeite o momento limite para fechamento de chamado, definido no item 6.6.10.c) do Termo de Referência (Anexo I ao Edital), de um chamado de severidade grave, com perda de pontos superior a 10, conforme item 12 da tabela do item 6.7.5 do referido Anexo;
- c) De até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, caso o **CONTRATADO** exceda o limite de substituições não temporárias, definido no item 6.4.7.d.4.2 do Termo de Referência (Anexo I ao Edital);
- d) De até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, caso o **CONTRATADO** não conclua um chamado correspondente a um serviço com pagamento por demanda, que já tenha alcançado o limite de seu ajuste de pagamento, descrito no item 7.3.4 do Termo de Referência (Anexo I ao Edital);

- e) De até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto nas alíneas anteriores, apurada de acordo com a gravidade da infração.

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

#### **Parágrafo Primeiro**

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### **Parágrafo Segundo**

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**.

#### **Parágrafo Terceiro**

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

#### **Parágrafo Quarto**

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

#### **Parágrafo Quinto**

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

#### **Parágrafo Sexto**

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

#### **Parágrafo Sétimo**

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

#### **Parágrafo Oitavo**

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

#### **Parágrafo Primeiro**

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

#### **Parágrafo Segundo**

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

#### **Parágrafo Terceiro**

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável



para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;

II. na hipótese de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como de não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;

VI. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;

X. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XI. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;

XII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

XIII. a qualquer momento, observadas as seguintes condições: (a) se a comunicação de rescisão do contrato ocorrer antes da solicitação para início da prestação dos serviços, o contrato deverá ser considerado rescindido na data do recebimento pelo **CONTRATADO** da referida comunicação; (b) se a comunicação de rescisão do contrato ocorrer depois de iniciada a execução do serviço pela contratada, deverá ser considerado rescindido o contrato em até 30 (trinta) dias após o recebimento pelo **CONTRATADO** da referida comunicação.

#### Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo**

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

**Parágrafo Primeiro**

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico AARH nº 55/17 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Anexo VI - Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação

**Parágrafo Segundo**

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Maria Amélia Pacheco, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.


Rio de Janeiro, 20 de Março de 2017.

  
**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**  
Superintendente  
Área de Administração  
Recursos Humanos

  
**RCS TECNOLOGIA LTDA**

**WILSON**  
4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF

Testemunhas:

  
Nome/CPF: DEINJOIM CARLOS DE FRANCA  
Couto  
CPF 991184677-68

Emanuele Ferreira Nunes da Silva

Nome/CPF: EMANUELE FERREIRO NUNES DA SILVA  
096.317.577-73

**4º OFÍCIO DE NOTAS - DF**  
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF  
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474  
4oficiodenotas@gmail.com

RECONHEÇO e dou fe por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
[0156381] - RODRIGO DA COSTA SILVA .....

Selo TJDF T20170091088555MLUY  
BSB, 25/09/2017 - 10:20:33 - Consultar selo: [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)  
WJDS-Tabellão: Evaldo Feltosa dos Santos

HELIO MENDONÇA

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

  
**Helio Mendonça**  
4º Ofício de Notas do DF  
Escritório Autorizado

AAA966273



**CONTRATO OCS 440 2017**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, para o datacenter do BNDES.

**2. DEFINIÇÕES E TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS NESTE DOCUMENTO**

- 2.1. TIC – Tecnologias da informação e comunicação.
- 2.2. Ativos de TIC – Equipamentos eletrônicos que mantêm os sistemas de TIC.
- 2.3. Sistemas de engenharia – Sistemas responsáveis por manter uma instalação de engenharia funcional, incluindo os equipamentos que os compõem. Entre os sistemas de engenharia estão: sistema elétrico, sistema de climatização, sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de monitoramento e sistema civil.
- 2.4. Sala de computadores - Ambiente para armazenamento e operação de ativos de TIC.
- 2.5. Sala-cofre – Tipo especial de sala de computadores, estanque e resistente a incêndio, que tenha sido certificado de acordo com a norma ABNT NBR 15247:2004.
- 2.6. Datacenter – Conjunto de ambientes, sistemas de engenharia e equipamentos necessários para operação de ativos de TI em uma ou mais salas de computadores. Também conhecido como Centro de Processamento de Dados (CPD).
- 2.7. Componentes redundantes – componentes que atuam em conjunto, em quantidade superior à necessária para executarem determinada função, de forma que em caso de falha de um dos componentes, outro esteja disponível para assumir sua função, aumentando assim, a disponibilidade da função exercida por eles.
- 2.8. Passagem selada – Ponto de passagem pelos perfis da sala-cofre, normalmente usado para passagem de cabos e tubos, que oferece vedação e possibilidade de abertura.
- 2.9. CTA – Chave de transferência automática, responsável por chavear entre duas fontes de energia elétrica, fornecendo energia da uma das fontes disponíveis para sua carga.
- 2.10. Sistema de climatização – Sistema que controla a temperatura, umidade e qualidade do ar de um ambiente.
- 2.11. Bomba de calor – Equipamento que bombeia calor (energia térmica) de um ambiente de menor temperatura para outro ambiente de maior temperatura.
- 2.12. Unidade interna do sistema de climatização – Bomba de calor que bombeia calor do ar de uma sala para um circuito fechado de água, que por sua vez transporta este calor para uma unidade externa.
- 2.13. Unidade externa do sistema de climatização – Trocador de calor que recebe calor de um circuito fechado de água e o repassa para o ar ambiente externo. É responsável também pela circulação de água no circuito fechado. Opcionalmente, pode usar evaporação de água para diminuir a temperatura do ar antes da troca de calor principal.
- 2.14. Linha do sistema de climatização – conjunto composto por uma unidade interna, um circuito fechado de água e uma unidade externa.

- 2.15. Gestor do contrato – Empregado do BNDES responsável pela gestão do contrato.
- 2.16. Equipe responsável pelo datacenter – Grupo de empregados responsável pela gestão da manutenção e da operação do datacenter do BNDES.
- 2.17. Equipe de monitoramento do datacenter – Grupo de empregados de empresa contratada pelo BNDES, responsável pelo monitoramento contínuo do datacenter e do ambiente de TI do BNDES.
- 2.18. Responsável técnico – Profissional da CONTRATADA que atua como responsável pela supervisão de todos os serviços;
- 2.19. Preposto do contrato – Profissional da CONTRATADA que atua como seu interlocutor junto ao BNDES para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais.
- 2.20. Documentação "As Built" – Conjunto de desenhos em sua revisão final que representa o "Como Construído", ou seja, que o desenho está finalizado de acordo com o projeto executado. Apenas deve sofrer modificações no caso de ajuste nas instalações.

### 3. CARACTERÍSTICAS DO DATACENTER DO BNDES

- 3.1. O datacenter foi inaugurado em setembro de 2009, com todos seus equipamentos novos;
- 3.2. O datacenter está localizado nas dependências do Edifício de Serviços do Rio de Janeiro (EDSERJ), na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ.
- 3.3. O funcionamento do datacenter é em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.
- 3.4. Ambientes que compõem o datacenter:
  - 3.4.1. Ambientes no pavimento S2 do EDSERJ:
    - a) Duas salas de energia: A e B;
    - b) Sala de apoio;
    - c) Sala-cofre;
    - d) Hall de entrada, localizado antes da sala-cofre;
    - e) Corredor técnico, localizado ao redor da sala-cofre;
    - f) Área externa onde estão instalados os grupos geradores e tanques de Diesel;
  - 3.4.2. Ambientes na área do jardim do EDSERJ:
    - a) Área externa onde estão instaladas as unidades externas do sistema de climatização e o sistema de filtragem de água;
- 3.5. Sistemas de engenharia do datacenter:
  - 3.5.1. Elétrico, incluindo grupos geradores e subsistema de reabastecimento de combustível;
  - 3.5.2. Detecção e combate a incêndio;
  - 3.5.3. Climatização;
  - 3.5.4. Circuito fechado de televisão (CFTV);
  - 3.5.5. Monitoramento, composto de dois subsistemas independentes: Supervisório e CMC-TC;
  - 3.5.6. Controle de acesso;
  - 3.5.7. Civil, no qual está incluída a sala-cofre.
- 3.6. Equipamentos do datacenter:
  - 3.6.1. Todos os equipamentos localizados nas áreas descritas no item 3.4, exceto:
    - a) Ativos de TIC que estão localizados na sala-cofre e que não são relacionados aos sistemas de engenharia associados ao datacenter;



- b) Racks localizados na sala-cofre que não são relacionados aos sistemas de engenharia associados ao datacenter;
  - c) Réguas de energia localizadas na sala-cofre que não fornecem energia aos sistemas de engenharia associados ao datacenter;
  - d) Computadores (do tipo desktop) e telefones localizados na sala de apoio, na sala de energia A e na sala de energia B.
- 3.6.2. Todos os equipamentos relacionados aos sistemas descritos no item 3.5, incluindo também:
- a) Painel de automação de reabastecimento de combustível e tanques de armazenamento de combustível, ambos localizados na área onde estão instalados os grupos geradores;
  - b) Bombas e filtros de combustível localizados na sala dos grupos geradores do EDSERJ;
  - c) Caixa subterrânea de distribuição hidráulica, localizada ao lado da área externa definida no item 3.4.2.a);
  - d) Painel de controle da central de incêndio, localizado na Brigada de incêndio;
  - e) Sirene de emergência da porta-eclusa do hall de entrada, localizada na Brigada de incêndio;
  - f) Sirene do sistema de reabastecimento de combustível, localizada na Brigada de incêndio;
  - g) Sirene do sistema de controle de acesso relacionada à porta de emergência do hall de entrada, localizada no Centro de Operação e Controle (COC) do EDSERJ;
  - h) Quadros de distribuição de energia (QDG) e transformadores, ambos localizados na subestação de energia do EDSERJ;
  - i) Cabos de replicação de sinal das câmeras do sistema de CFTV para o sistema de CFTV do EDSERJ.
  - j) Cabos de replicação de alarmes da central de incêndio para o sistema de detecção de incêndio (SDI) do EDSERJ.
  - k) Todas as interligações entre os ambientes do datacenter, entre os sistemas do datacenter e entre os equipamentos do datacenter, incluindo interligações elétricas, hidráulicas, civis e de telecomunicação.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE ENGENHARIA DO DATACENTER DO BNDES**

##### **4.1. Sistema elétrico**

- 4.1.1. O sistema elétrico do datacenter do BNDES possui duas linhas de energia elétrica, idênticas e redundantes entre si, que fornecem energia elétrica exclusivamente ao datacenter;
- 4.1.2. A configuração deste sistema está apresentada no Diagrama Unifilar, anexo ao Edital;
- 4.1.3. Cada linha conta com duas fontes de energia elétrica:
  - a) Fonte de energia elétrica normal (concessionária local, através da subestação do EDSERJ);
  - b) Fonte de energia elétrica de emergência (grupo gerador);
- 4.1.4. Cada linha contém os seguintes equipamentos:
  - a) Equipamentos localizados na subestação de energia do EDSERJ:
    - 4.1.4.a.1. Um transformador trifásico 13,8kV-460V 1000kVA 60Hz;
    - 4.1.4.a.2. Um quadro de distribuição de energia (QDG) trifásico com 1 disjuntor de 1600A e multimetido Schneider PM-750.
  - b) Equipamentos localizados na área dos geradores:

- 4.1.4.b.1. Um grupo gerador – fabricante Stemac, potência nominal 650kVA, tensão 460V, frequência 60Hz;
  - 4.1.4.b.1.1. Motor Scania, modelo DC1646A;
  - 4.1.4.b.1.2. Gerador Cramaco, modelo G2R315MB;
  - 4.1.4.b.1.3. USCA Stemac, modelo ST2160.
- 4.1.4.b.2. Um tanque externo de combustível de 400 litros.
- c) Equipamentos localizados em cada sala de energia:
  - 4.1.4.c.1. Uma CTA – fabricante ASCO, série 7000, modelo H07ATBA30800N5XC+76B+72A;
  - 4.1.4.c.2. Um quadro de distribuição de energia (QDGE) trifásico com 1 disjuntor geral de 1000A, 6 disjuntores de 40A, 4 disjuntores de 25A, 1 disjuntor de 160A e 2 disjuntores de 630A, além de *tie breaker* automatizado conectado a outra linha de energia e multimedidor Schneider PM-710;
  - 4.1.4.c.3. Um *nobreak* – fabricante Eaton/Powerware, modelo 9395, 275 kVA, tensão 460V, com banco de baterias;
    - 4.1.4.c.3.1. O banco de baterias é composto de dois módulos, cada módulo contendo 40 baterias.
    - 4.1.4.c.3.2. Cada bateria é do tipo VRLA, com 6 células, com tensão total de 12V e com capacidade de fornecer 330W por 15 minutos até atingir a tensão mínima de 1.67V por célula;
    - 4.1.4.c.3.3. O banco de baterias instalado atualmente foi instalado em 17/10/2015.
  - 4.1.4.c.4. Um transformador trifásico SPtrafo, 300 kVA, 60 Hz, fator K = 20 e 460-220/127 V;
  - 4.1.4.c.5. Um quadro de distribuição de energia (QD-UPS) trifásico com 1 disjuntor geral de 1000A e 4 disjuntores de 250A, além de um multimedidor Schneider PM-710;
- d) Equipamentos localizados na sala-cofre:
  - 4.1.4.d.1. Quatro quadros de distribuição de energia (QDI) trifásicos, com disjuntor principal de 250A;
    - 4.1.4.d.1.1. Cada quadro tem 60 bases monopolares do tipo plug-in para disjuntores modelo C60N;
    - 4.1.4.d.1.2. Cada quadro tem um multimedidor Schneider PM-210;
    - 4.1.4.d.1.3. Cada quadro tem um dispositivo de proteção contra surto (DPS), fabricante Merlin Gerin, PF40, 1 polo, 340V, modelo 15686;
- e) Equipamentos localizados na área externa (jardim) para atender o sistema de climatização:
  - 4.1.4.e.1. Um quadro de distribuição de energia (QD-DRYCOOLER), com 2 disjuntores gerais de 160A, 7 disjuntores bipolares de 15A e 8 disjuntores tripolares de 15A.
- 4.1.5. O sistema também possui:
  - a) Um subsistema autônomo de reabastecimento de combustível, compartilhado entre as duas linhas de energia, incluindo:
    - 4.1.5.a.1. Painel de automação, localizado na área dos grupos geradores;
    - 4.1.5.a.2. Duas bombas de combustível, localizadas na sala de grupos geradores do EDSERJ.
  - b) Equipamentos localizados no hall de entrada, conectados somente à linha de energia B:
    - 4.1.5.b.1. Transformador 460V-220V;

- 4.1.5.b.2. Um quadro de distribuição de energia secundário (QD-LTS) trifásico com 1 disjuntor geral de 40A, 2 disjuntores monopolares de 16A, 4 disjuntores bipolares de 10A e 5 disjuntores bipolares de 16A.
- c) Aterramento
- 4.1.5.c.1. A malha de aterramento do datacenter é conectada à malha de aterramento do EDSERJ;
- 4.1.5.c.2. Todos os equipamentos do sistema elétrico são aterrados na malha do datacenter;
- 4.1.5.c.3. Todos os racks da sala-cofre são aterrados na malha do datacenter.
- 4.1.6. Operação do Sistema
- a) As duas linhas de energia atuam de forma independente, porém com o mesmo comportamento;
- b) Em condições normais, cada linha recebe energia proveniente da fonte normal (concessionária);
- c) Para cada linha, em caso de falha ou variação da fonte normal que inviabilize sua utilização, a chave de transferência automática (CTA) liga a fonte de emergência (grupo gerador), aguarda sua estabilização e então comuta para esta fonte;
- 4.1.6.c.1. Durante o período em que a CTA não recebe energia, o fornecimento de energia para o restante da linha fica comprometido. Durante este período, o *no-break* fornece energia proveniente de seu banco de baterias.
- 4.1.6.c.2. Caso a CTA não receba energia em até alguns segundos, o QDGE fecha o *tie breaker*, comutando o fornecimento de energia a partir da outra linha. Após verificar que a energia proveniente da CTA está normalizada, o *tie breaker* é aberto, comutando de volta o fornecimento de energia a partir da CTA.
- d) O sistema de reabastecimento monitora constantemente o nível individual de cada tanque de combustível.
- 4.1.6.d.1. Caso seja detectado que o nível está abaixo do mínimo de operação, o painel de reabastecimento abre a válvula do tanque a ser reabastecido e aciona uma das bombas de combustível, bombeando combustível do tanque principal do EDSERJ para o tanque da linha do datacenter correspondente, até que o nível do tanque chegue ao nível máximo de operação. Em caso de defeito da bomba de combustível, a outra bomba é acionada automaticamente.
- 4.1.6.d.1.1. O tanque principal do EDSERJ não faz parte do objeto do contrato.
- 4.1.6.d.2. Caso seja detectado que o nível do tanque ultrapassou o máximo de segurança (risco de transbordo), por qualquer razão inesperada, uma sirene de alarme é ativada na Brigada de Incêndio e o reabastecimento é interrompido.
- 4.1.6.d.3. Caso seja detectado que o nível do tanque ultrapassou o mínimo de segurança (risco de falta de combustível), por qualquer razão inesperada, o reabastecimento é acionado.
- e) Após validar que a fonte normal está estabilizada, a CTA comuta para a fonte normal e desliga a fonte de emergência.
- 4.2. Sistema de detecção e combate a incêndio
- 4.2.1. O Sistema de detecção e combate a incêndio é composto por:

- a) Detectores convencionais de fumaça endereçáveis do tipo fotoelétrico, fabricante GE, modelo EST SIGA-PS;
    - 4.2.1.a.1. Os detectores estão localizados abaixo do forro do teto e abaixo do piso, em todos os seguintes ambientes: sala-cofre (doze detectores), sala de apoio (quatro detectores), hall de entrada (dois detectores) e salas de energia (quatro detectores).
  - b) Detectores precoces de fumaça, modelo Stratos Micra, de alta sensibilidade, com tubulação de aspiração de ar, utilizando o princípio de detecção de partículas em suspensão por dispersão de raio laser;
    - 4.2.1.b.1. Os detectores estão localizados na sala de apoio (um detector do modelo 25), nas salas de energia (um detector por sala, ambos do modelo 100) e na sala-cofre (dois detectores do modelo 100).
  - c) Sinalizadores audiovisuais (SAV), localizadas nos seguintes ambientes: sala-cofre, hall de entrada e salas de energia;
  - d) Acionador manual de alarme, localizado do lado externo da sala de apoio;
  - e) Acionadores manuais de combate a incêndio, localizados do lado externo da sala-cofre e salas de energia;
  - f) Botões de supressão de combate a incêndio, localizados do lado externo da sala-cofre e das salas de energia;
  - g) Recipientes (cilindros) de gás FM-200 (HFC-227ea), para combate a incêndio;
    - 4.2.1.g.1. Há dois tipos de cilindros:
      - 4.2.1.g.1.1. Cilindro de uso na sala-cofre: 300kg de gás;
      - 4.2.1.g.1.2. Cilindro de uso em sala de energia: 70kg de gás;
    - 4.2.1.g.2. Os cilindros do datacenter estão dispostos da seguinte maneira:
      - 4.2.1.g.2.1. Dois cilindros de uso na sala-cofre, localizados na própria sala;
      - 4.2.1.g.2.2. Dois cilindros de uso em sala de energia, localizados no hall de entrada, para uso individualmente nas salas de energia A e B;
  - h) Central de controle autônoma EST2, responsável por: monitorar detectores de fumaça, acionadores manuais e botões de supressão de combate; emissão de alarme de incêndio e seu repasse para os sistemas de monitoramento do datacenter e de monitoramento do EDSERJ (SDI); controle dos sinalizadores audiovisuais; liberação do gás de combate;
    - 4.2.1.h.1. Possui bateria elétrica própria, como fonte alternativa de energia;
    - 4.2.1.h.2. Possui interface de monitoramento e controle, localizada no hall de entrada;
    - 4.2.1.h.3. Possui painel secundário de monitoramento, localizado na Brigada de incêndio.
  - i) Circuito de comunicação do tipo classe A, que interliga a central de controle e os detectores convencionais;
  - j) Circuitos elétricos de fornecimento de energia para todos os equipamentos acima citados.
- 4.2.2. Operação do Sistema

- a) A central de controle monitora continuamente todos os detectores convencionais, detectores precoces, acionadores manuais e botões de supressão.
- b) Quando algum detector entra em alarme, a central de controle também entra em alarme, reporta o alarme para o sistema de monitoramento do datacenter e para o sistema de monitoramento do EDSERJ (SDI) e aciona os sinalizadores audiovisuais;
- c) Caso posteriormente outro detector de tipo diferente (convencional versus precoce) também entre em alarme, a central inicia uma contagem regressiva de tempo para liberação do gás de combate. Ao final da contagem, a central libera a trava da porta da sala-cofre (caso esta esteja travada na posição aberta) e libera o gás de combate nos ambientes que geraram os alarmes.

4.2.2.c.1. Se o botão de supressão de combate for pressionado, a contagem regressiva é suspensa até a liberação do botão.

#### 4.3. Sistema de climatização

4.3.1. O sistema de climatização é organizado em quatro sistemas independentes, cada um atendendo um dos seguintes ambientes: sala-cofre, salas de energia (dois subsistemas idênticos e independentes) e sala de apoio.

- a) O sistema de climatização da sala-cofre é composto de:

4.3.1.a.1. Doze linhas independentes, organizadas na configuração de redundância 9+3, ou seja, 9 necessárias para atender a demanda e 3 extras de redundância, onde cada linha é composta de:

4.3.1.a.1.1. Uma unidade interna, fabricante Emerson Network Power/Liebert, modelo HPM S23UW, 23kW, 460V, com entrada de ar (retorno) pela parte superior, saída de ar (insuflamento) abaixo do piso elevado e filtro de ar descartável;

4.3.1.a.1.1.1. Algumas unidades contêm um recurso interno de umidificação original do fabricante. Este recurso está presente em apenas 4 (quatro) das unidades internas da sala-cofre.

4.3.1.a.1.2. Um circuito fechado de água que passa pelas unidades internas e unidades externas;

4.3.1.a.1.3. Uma unidade externa composta de:

4.3.1.a.1.3.1. Painel de controle e automação;

4.3.1.a.1.3.2. Duas bombas de água redundantes, com revezamento automático;

4.3.1.a.1.3.3. Tanque de água, com reabastecimento automático;

4.3.1.a.1.3.4. Um trocador de calor (*dry cooler*), fabricante Heatcraft, modelo McQuay ARC067CW, composto de uma serpentina, dois ventiladores, controle automático de rotação dos ventiladores e transformador 460V-220V 3kVA;

4.3.1.a.1.3.5. Tubulações de interligação dos componentes e acessórios afins.

4.3.1.a.1.4. Circuitos elétricos de fornecimento de energia para todos os equipamentos acima citados.

4.3.1.a.1.4.1. Seis linhas do sistema estão ligadas a uma das linhas de energia; as outras seis linhas do sistema estão ligadas a outra linha de energia.



- 4.3.1.a.2. Um sistema de aspersão de água, composto de uma bomba de água (fabricante WEG, modelo MO0COJ40100729, potência 0,5 hp, 220V), tubulação de PVC, registros de fechamento e 96 bicos aspersores (dispostos em 8 bicos por unidade externa).
- 4.3.1.a.2.1. O sistema tem a função de aumentar a potência de resfriamento das unidades externas;
- 4.3.1.a.2.2. O acionamento é realizado de forma manual.
- 4.3.1.a.3. Enclausuramento de corredores na sala-cofre, cada um composto de: teto, vedações laterais (placas rígidas ou cortina) e porta deslizante (2 folhas).
- 4.3.1.a.3.1. O nível de enclausuramento varia entre os corredores, podendo ser: total, parcial ou inexistente.
- b) O sistema de climatização de cada sala de energia é composto de:
  - 4.3.1.b.1. Duas linhas independentes e redundantes entre si, organizadas na configuração de redundância 2N, onde cada linha é composta de:
    - 4.3.1.b.1.1. Uma unidade interna, fabricante TRANE, modelo Genius Save 100C1S050ESC, 35kW, 460V, com entrada de ar (retorno) pela parte frontal, saída de ar (insuflamento) pela parte de cima e filtro de ar lavável;
    - 4.3.1.b.1.2. Tubulação horizontal de distribuição de ar, conectada na saída de ar da unidade interna e fixada no teto, logo abaixo do forro;
    - 4.3.1.b.1.3. Um circuito fechado de água que passa pelas unidades internas e unidades externas;
    - 4.3.1.b.1.4. Uma unidade externa, fabricante Mecalor, modelo DC Compact, 50kW, com fluxo de ar horizontal e sistema interno de evaporação de água;
    - 4.3.1.b.1.5. Circuitos elétricos de fornecimento de energia para todos os equipamentos acima citados.
      - 4.3.1.b.1.5.1. Uma das linhas do sistema está ligada a uma das linhas de energia; a outra linha do sistema está ligada a outra linha de energia.
  - 4.3.1.b.2. Pannel de controle e automação, responsável por:
    - 4.3.1.b.2.1. Monitorar e indicar a temperatura na sala;
    - 4.3.1.b.2.2. Ligar e desligar as unidades internas;
    - 4.3.1.b.2.3. Promover o revezamento entre as duas unidades internas;
    - 4.3.1.b.2.4. Ativar a unidade inativa (*standby*) em caso de alarme na unidade ativa ou de temperatura excessiva na sala;
- c) O sistema de climatização da sala de apoio é composto de:
  - 4.3.1.c.1. Condicionador de ar do tipo *fan-coil*, fabricante Carrier, modelo 42LSA20226ALB, composto de ventilador e serpentina, com entrada de ar (retorno) pela parte inferior, saída de ar (insuflamento) pela parte frontal, filtro de ar lavável e dispositivo de controle remoto;
    - 4.3.1.c.1.1. O fornecimento de água gelada é de responsabilidade do condomínio do EDSERJ e não faz parte do escopo do sistema de climatização do datacenter;
    - 4.3.1.c.1.2. O segmento da tubulação de água gelada no interior da sala de apoio faz parte do sistema de climatização do datacenter;

- 4.3.1.c.1.3. O circuito elétrico de fornecimento de energia para o equipamento acima citado é obtido a partir do quadro elétrico QD-LTS.
- d) O sistema de climatização também contém um sistema de filtragem de água, composto de tubulação em PVC, registros de fechamento, um dosador de cloro (em pastilha), um filtro removedor de ferro (baseado em zeólita) e um filtro removedor de cloro (baseado em carvão ativado);
- 4.3.1.d.1. Este sistema fornece água para:
- 4.3.1.d.1.1. Reabastecimento dos circuitos fechados de água dos sistemas de climatização da sala-cofre;
- 4.3.1.d.1.2. Reabastecimento dos circuitos fechados de água dos sistemas de climatização das salas de energia;
- 4.3.1.d.1.3. Reabastecimento do sistema interno de evaporação de água das unidades externas das salas de energia.
- 4.3.1.d.2. A função do dosador de cloro é adicionar cloro livre na água, com o objetivo de oxidar o ferro presente na água. Isto facilita a absorção deste material posteriormente pelo filtro removedor de ferro.
- 4.3.1.d.3. O segundo filtro remove o excesso de cloro, que poderia gerar efeitos negativos no sistema de climatização.
- 4.3.2. Operação do sistema da sala-cofre:
- a) Para cada linha, a unidade interna circula o ar ambiente, filtrando impurezas;
- b) Para o caso de unidade interna provida de sistema interno de umidificação, esse sistema é ativado e desativado de forma automática, com o objetivo de manter a umidade relativa do ar de acordo com as especificações configuradas;
- c) As unidades internas suportam a organização em grupos;
- 4.3.2.c.1. Cada unidade mantém comunicação constante com as demais unidades do mesmo grupo, através de uma rede Ethernet;
- 4.3.2.c.2. As unidades trabalham em conjunto na climatização do ambiente, tomando decisões com base nas informações repassadas pelas demais unidades;
- 4.3.2.c.3. Cada grupo permite que seja configurado o número de unidades inativas (*standby*), as quais entram em atividade automaticamente caso outra unidade apresente algum alarme.
- d) A unidade interna bombeia calor, por meio de um ciclo de refrigeração, do ar ambiente para o circuito fechado de água;
- 4.3.2.d.1. O bombeamento de calor é ativado e desativado de forma automática, com o objetivo de manter a temperatura do ar ambiente de acordo com as especificações configuradas;
- e) A unidade externa bombeia a água do circuito fechado, mantendo-a em movimento contínuo;
- f) A unidade externa circula a água do circuito fechado por um trocador de calor, que repassa o calor para o ar ambiente.
- 4.3.3. Operação dos sistemas das salas de energia:
- a) Para cada linha, a unidade interna circula o ar ambiente, filtrando impurezas;
- b) Um painel de automação, localizado em cada uma das salas de energia, provê:

- 4.3.3.b.1. Revezamento a cada 24 horas entre as duas linhas de climatização;
- 4.3.3.b.2. Acionamento da linha inativa (*standby*) em caso de alarme na linha em operação;
- 4.3.3.b.3. Acionamento da linha inativa (*standby*) em caso de alta temperatura na sala.
- c) A unidade interna bombeia calor, por meio de um ciclo de refrigeração, do ar ambiente para o circuito fechado de água;
- 4.3.3.c.1. O bombeamento de calor é ativado e desativado de forma automática, com o objetivo de manter a temperatura do ar ambiente de acordo com as especificações configuradas;
- d) A unidade externa bombeia a água do circuito fechado, mantendo-a em movimento contínuo;
- e) A unidade externa circula a água do circuito fechado por um trocador de calor, que repassa o calor para o ar ambiente;
- f) As unidades externas, quando detectam que a troca de calor com o ar ambiente não está sendo suficiente para manter a temperatura adequada do circuito fechado, consomem água do sistema de abastecimento de água do EDSERJ e via evaporação, reduzem a temperatura do ar de entrada, aumentando por consequência a capacidade de refrigeração da unidade;
- 4.3.4. Operação do sistema da sala de apoio:
  - a) O condicionador de ar circula o ar ambiente, filtrando impurezas e repassando o calor do ar para ao sistema de água gelada do EDSERJ;
  - b) É possível desativar o sistema ou mudar suas configurações, por meio do dispositivo de controle remoto.
- 4.4. Sistema de circuito fechado de televisão (CFTV)
  - 4.4.1. O sistema de CFTV é composto de:
    - a) Dez câmeras fixas, fabricante Samsung, Modelo SDC-415-ND, padrão NTSC, 12V DC, suporte a cor, sensor CCD 1/3", resolução de 530 linhas, sensibilidade mínima de 0,3 lux e caixa de proteção para ambiente externo;
    - b) Servidor dedicado, Intel Core i3-3240, 4GB de memória RAM, dois HDD de 1TB cada e sistema operacional Windows 7 Professional 32 bits.
    - c) Solução de vigilância de vídeo, fabricante GeoVision, composta de:
      - 4.4.1.c.1. Placa de captura de vídeo, modelo GV-1480B, com suporte a 16 câmeras, instalada no servidor dedicado descrito no item b);
      - 4.4.1.c.2. Sistema GV-DVR versão 8.5.6.0:
        - 4.4.1.c.2.1. Software de gravação de vídeo;
        - 4.4.1.c.2.2. Software de monitoramento online, que fornece acesso às imagens das diferentes câmeras em tempo real, instalado em múltiplos computadores; e
        - 4.4.1.c.2.3. Software de visualização de histórico, que fornece acesso às imagens gravadas, instalado em múltiplos computadores.
  - 4.4.2. Operação do sistema:
    - a) O software de gravação recebe continuamente as imagens das câmeras e as grava em um ou mais sistemas de arquivo locais, usando o padrão ITU-T H.264.
    - b) A gravação pode ser feita de forma contínua ou por detecção de movimento.

4.4.2.b.1. Em ambos os modos, é possível configurar por câmera: resolução e taxa de compressão da imagem;

4.4.2.b.2. A detecção por movimento permite as seguintes configurações, personalizadas por câmera: nível de sensibilidade, áreas a serem ignoradas e compensação de vibração.

- c) As imagens são copiadas (*backup*) de forma automática, em até 5 minutos após a gravação inicial, para outro sistema de arquivo local.
- d) O software de monitoramento online permite visualizar remotamente as imagens em tempo real;
- e) O software de monitoramento de histórico permite pesquisar e visualizar remotamente as imagens gravadas previamente;
- f) A gravação, o monitoramento online e o monitoramento de histórico podem ocorrer ao mesmo tempo.

#### 4.5. Sistemas de monitoramento

##### 4.5.1. Sistema CMC-TC

- a) Sistema de monitoramento com centrais de supervisão dedicadas, fabricante Rittal, instaladas no interior da sala-cofre e das salas de energia, responsáveis pelo monitoramento dos seguintes parâmetros:

4.5.1.a.1. Status de porta (aberta ou fechada);

4.5.1.a.2. Presença de pessoas nas salas;

4.5.1.a.3. Presença de líquido (através de sensores sob o piso elevado);

4.5.1.a.4. Sistema de incêndio (alarme em detectores precoces e ou na central de incêndio);

4.5.1.a.5. Sistemas de climatização (alarme nas unidades internas, temperatura e umidade);

4.5.1.a.6. Sistema de energia (tensão elétrica da concessionária e status dos grupos geradores e dos no-breaks).

- b) Os parâmetros supervisionados podem ser visualizados remotamente em tempo real através de rede TCP/IP simultaneamente a partir de diferentes computadores utilizando apenas um navegador web;
- c) Os alarmes são sonoros e visuais;
- d) O sistema possui o recurso de envio de mensagens de alarme por e-mail;
- e) Operação do Sistema

4.5.1.e.1. O sistema monitora em tempo real os parâmetros descritos no item a) e exibe os valores coletados através da interface web;

4.5.1.e.2. Em caso de alarmes, são enviados *e-mails* para os destinatários configurados e a interface web exibe o item em alarme.

##### 4.5.2. Sistema Supervisório

- a) Sistema de monitoramento baseado no software Elipse, responsável pelo monitoramento das várias variáveis, entre elas:

4.5.2.a.1. Temperatura (coletadas em 18 sensores, sendo 4 posicionados nas paredes da sala-cofre, 12 posicionados no retorno dos climatizadores da sala-cofre e ainda 1 em cada sala de energia);

4.5.2.a.2. Umidade (coletadas em 16 sensores, sendo 4 posicionados nas paredes da sala-cofre e 12 posicionados no retorno dos climatizadores da sala-cofre);

- 4.5.2.a.3. Tensão entre fases, frequência, corrente e potência (coletadas em cada multimetror);
  - 4.5.2.a.4. Tensão entre fases, frequência, corrente, potência e fator de potência (coletadas na entrada e na saída de cada no-break);
  - 4.5.2.a.5. Tensão do banco de baterias, corrente do banco de baterias e tempo de autonomia estimado (coletadas em cada no-break);
  - 4.5.2.a.6. Indicadores de alarmes de: modo em bateria, modo em bypass, modo desligado, alarmes diversos (coletadas em cada no-break);
  - 4.5.2.a.7. Tensão entre fases, frequência, corrente e potência (coletadas na saída de cada grupo gerador);
  - 4.5.2.a.8. Indicadores de alarmes de: alarmes diversos, falha de partida, nível de água do radiador, falha de arrefecimento e nível de combustível (coletadas em cada grupo gerador);
  - 4.5.2.a.9. Tensão de bateria, pressão do óleo e temperatura da água (coletadas em cada grupo gerador);
  - 4.5.2.a.10. Situação de ventilação e refrigeração dos climatizadores;
  - 4.5.2.a.11. Indicadores de detecção de incêndio (coletadas na central de incêndio e em cada detector precoce);
  - 4.5.2.a.12. Nível de impureza do ar (coletada em cada detector precoce);
  - 4.5.2.a.13. Indicadores de presença de líquido (coletadas sob o piso, em torno de todos os climatizadores);
  - 4.5.2.a.14. Indicadores de falha de comunicação com todos os equipamentos monitorados.
- b) O sistema é composto de:
- 4.5.2.b.1. Software Elipse Server versão 4.5, executado em um servidor Intel Xeon E31220 com sistema operacional 64 bits Windows 2008 Server R2 SP1, memória RAM de 4GB, dois discos rígidos, placa de vídeo Nvidia GeForce 8400GS e duas interfaces de rede Ethernet 1000BaseT;
  - 4.5.2.b.2. Sensores de temperatura e umidade;
  - 4.5.2.b.3. PLC de coleta de dados;
  - 4.5.2.b.4. Painéis remotos de coleta de dados;
  - 4.5.2.b.5. Gateway de comunicação com detectores precoces;
  - 4.5.2.b.6. PLC e modem GSM para envio de SMS;
  - 4.5.2.b.7. Redes de comunicação entre todos os componentes;
  - 4.5.2.b.8. Software cliente E3 Viewer, compatível com o sistema operacional Windows 7, para visualização de valores coletados e alarmes de forma: remota através de rede TCP/IP, em tempo real e simultaneamente a partir de diferentes computadores;
  - 4.5.2.b.8.1. Os alarmes são sonoros e visuais;
- c) O sistema possui os seguintes recursos:
- 4.5.2.c.1. Geração de alarmes por valores abaixo ou acima da faixa aceitável de cada variável (configurável por variável);
  - 4.5.2.c.2. Atraso programado na geração e na normalização de alarmes (configurável por tipo de alarme);
  - 4.5.2.c.3. Envio de mensagens por SMS reportando alarmes;
  - 4.5.2.c.4. Reconhecimento de alarmes;
  - 4.5.2.c.5. Pesquisa de histórico de alarmes;
  - 4.5.2.c.6. Geração de gráficos interativos, configuráveis pelo usuário, de valores históricos das variáveis monitoradas.



- d) Operação do Sistema
  - 4.5.2.d.1. O sistema monitora em tempo real os parâmetros descritos no item a) e emite alarmes sonoros e visuais nos computadores que estiverem executando a aplicação cliente E3 Viewer. Os alarmes ocorrem quando os valores coletados (das variáveis monitoradas) saem das faixas permitidas (previamente configuradas);
  - 4.5.2.d.2. Em caso de alarme, o sistema envia SMS para os destinatários configurados;
  - 4.5.2.d.3. Os alarmes deixam de ser exibidos na interface de monitoramento quando: os valores coletados voltarem para suas respectivas faixas permitidas e os operadores do sistema reconhecerem o alarme (via comando próprio pela interface).
- 4.5.3. Display IHM
  - 4.5.3.a.1. Sistema de monitoramento e controle com tela sensível ao toque, localizado no hall de entrada;
  - 4.5.3.a.2. Permite o monitoramento de alguns parâmetros coletados pelo PLC do Supervisório através de rede RS-232;
  - 4.5.3.a.3. Permite o controle da iluminação da sala-cofre e destravamento da mola de controle da porta da sala-cofre.
- 4.6. Sistema de controle de acesso
  - 4.6.1. Abrange o controle de acesso às salas de energia, à sala de apoio e à sala-cofre;
  - 4.6.2. O sistema faz as funções de autenticação, autorização, registro das autorizações e liberação de acesso físico;
  - 4.6.3. O sistema de controle de acesso é composto de:
    - 4.6.3.a.1. Cinco leitores biométricos de digital, fabricante Control iD, modelo CX-700, localizadas na sala de energia A, sala de energia B, sala de apoio, sala-cofre e no gradil dentro da sala-cofre;
  - b) Uma porta-eclusa SAS Millenium, fabricante IECO, modelo Unipersonal Top Secret, localizada no hall de entrada acesso à sala-cofre;
  - c) Uma porta de emergência localizada no hall de entrada, ao lado da porta-eclusa;
  - d) Dois leitores de crachá (CODIN), fabricante Telemática, modelos CODIN MD 400 e CODIN MD 410, localizadas no hall de entrada;
    - 4.6.3.d.1. Esses equipamentos da Telemática não fazem parte do escopo dos serviços descritos neste documento de Termo de Referência.
  - e) Duas controladoras AAN-4, fabricante Apollo Security Systems;
  - f) Servidor virtual com Windows Server 2003 SP2, VMWare, 6 core CPU AMD Opteron 8435, 4GB de RAM, 100 GB de disco rígido e duas placas de rede ethernet, com os seguintes softwares instalados:
    - 4.6.3.f.1. Control iD – Gerenciador, versão 3.9.7.3, da empresa Control iD; e
    - 4.6.3.f.2. APACS - Access Control and Alarm Management Software - versão 3.6, da empresa Apollo Security Systems, usando base de dados Microsoft SQL Server 2005.
- 4.6.4. Operação do Sistema
  - a) O cadastro das digitais deve ser realizado em um dos leitores biométricos e replicadas para as demais leitores através do software

Control ID. As permissões devem ser configuradas no software APACS, que realiza a configuração das controladoras AAN-4;

- b) Procedimento para acesso à sala-cofre:
  - 4.6.4.b.1. Para acesso à sala-cofre é necessária uma dupla autorização de credenciais (crachá e digital):
    - 4.6.4.b.1.1. O crachá deve ser autorizado pelo leitor de crachá (CODIN), que então liberará o acesso pela porta-eclusa;
    - 4.6.4.b.1.2. Após a leitura da digital no leitor biométrico, o acesso deve ser autorizado pelas controladoras AAN-4.
  - 4.6.4.b.2. Apenas crachás previamente cadastrados, conforme interesse do BNDES, são autorizados pelo sistema de controle de acesso do Condomínio do EDSERJ;
- c) Procedimento para acesso à sala de apoio, às salas de energia e o gradil da sala-cofre:
  - 4.6.4.c.1. Após a leitura da digital no leitor biométrico correspondente a cada sala, o acesso deve ser autorizado pelas controladoras AAN-4.
  - 4.6.4.c.2. O log de registros das pessoas que acessam esses ambientes pode ser obtido através do software APACS;

#### 4.7. Sistema civil

##### 4.7.1. Este sistema abrange:

- a) Alvenarias, divisórias, portas, pisos (elevado ou não), paredes, tetos, forros, equipamentos auxiliares de exaustão, luminárias, placas explicativas, identificações de rota de fuga, plataformas, grades de proteção, acessos, suportes e elementos acessórios afins de todos os ambientes descritos no item 3.4;
- b) Grade de proteção lateral e superior da área externa localizada no jardim do EDSERJ, onde se encontram os equipamentos externos do sistema de climatização;
- c) Sala-cofre
  - 4.7.1.c.1. A sala-cofre tem área aproximada de 193m<sup>2</sup> e é da classe S60D, tipo B, construída com tecnologia Lampertz GmbH & Co. KG, composta por painéis modulares e expansíveis, fornecida e instalada pela ACECO TI;
  - 4.7.1.c.2. Certificada pelo procedimento ABNT PE-047, por órgão certificador reconhecido e acreditado pelo INMETRO para produto sala-cofre, de acordo com a norma ABNT NBR 15247:2004;
  - 4.7.1.c.3. Instalada de forma autoportante e independente de qualquer estrutura civil auxiliar para seu sustento;
  - 4.7.1.c.4. Composta dos seguintes elementos: elementos laterais, de canto, teto e fundo, elementos de fixação, porta de entrada, gradis e portas de separação do ambiente interno à sala-cofre, fechadura, mecanismos de abertura e trancamento das portas, luminárias, suportes, juntas, passagens seladas e acabamentos, além de quaisquer outros elementos que venham a compor o ambiente descrito como sala-cofre;
  - 4.7.1.c.5. Contém 10 passagens seladas para cabos de energia e cabos de dados nos elementos laterais da Célula IT, 1 passagem selada para realização de testes de estanqueidade e 31 passagens seladas para passagem de tubulações de água que compõem o sistema de climatização.
- d) Qualquer outro elemento de construção civil integrante dos ambientes e sistemas do datacenter.

## 5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS AO OBJETO DESTE DOCUMENTO DE TERMO DE REFERÊNCIA

### 5.1. Serviços básicos

#### 5.1.1. Manutenção corretiva

- a) O serviço de manutenção corretiva inclui quaisquer ações necessárias para restabelecer o funcionamento adequado ou o aspecto adequado de quaisquer sistemas, equipamentos ou ambientes do datacenter;
  - 5.1.1.a.1. Entrem as ações possíveis, estão: corrigir, consertar, adequar, normalizar, desmontar, montar, substituir (equipamentos, peças e componentes), ativar, soldar, limpar, pintar e configurar;
  - 5.1.1.a.2. Entre as causas e eventos que podem gerar a necessidade de manutenção corretiva, estão: desligamento, desativação, redução de funcionalidade, redução de eficiência, redução de eficácia, interferência, degradação, entupimento, obstrução, vazamento, rompimento, perfuração, arrombamento, quebra, aquecimento, resfriamento e queima.
- b) O serviço de manutenção corretiva também inclui:
  - 5.1.1.b.1. Investigação da situação atual do datacenter e definição de ações complementares para realização da manutenção corretiva;
  - 5.1.1.b.2. Realização de testes e medições com o intuito de obter mais informações sobre a situação do datacenter;
  - 5.1.1.b.3. Conserto de equipamentos, sistemas e ambientes do datacenter;
  - 5.1.1.b.4. Substituição de peças, componentes, equipamentos, insumos ou software, que apresentem funcionamento inadequado;
    - 5.1.1.b.4.1. Neste caso, devem ser seguidas as condições descritas no item 6.5;
  - 5.1.1.b.5. Substituição de banco de baterias de no-break que contiver uma ou mais baterias apresentando funcionamento inadequado ou apresentando indício de falha iminente;
    - 5.1.1.b.5.1. Não será aceita a substituição parcial de um banco de baterias;
    - 5.1.1.b.5.2. O banco de baterias deverá possuir somente itens homologados pelo Inmetro;
      - 5.1.1.b.5.2.1. A CONTRATADA deve apresentar comprovação desta exigência, a qual deve ser realizada durante o período compreendido entre a solicitação de abertura do chamado e o fechamento do chamado.
    - 5.1.1.b.5.3. A substituição de banco de baterias, como parte do serviço de manutenção corretiva, se aplica exclusivamente no caso de o tempo de uso do banco de baterias ser inferior a 3 (três) anos;
      - 5.1.1.b.5.3.1. Caso o tempo de uso do banco de baterias seja superior ao período acima, fica a critério do BNDES a solicitação do serviço com pagamento por demanda "Substituição de banco de baterias de no-break", descrito no item 5.2.5.

- 5.1.1.b.5.3.2. Define-se por tempo de uso de banco de baterias, o tempo em que o banco de baterias está instalado em no-break do datacenter do BNDES.
- 5.1.1.b.6. Atualização ou substituição de software, com o intuito de: corrigir erros, corrigir potenciais falhas de segurança ou evitar falta de suporte por parte do fornecedor do software;
- 5.1.1.b.7. Manutenção em software dos sistemas e equipamentos do datacenter;
- 5.1.1.b.8. Manutenção da integridade, das características construtivas e dos níveis de proteção da sala-cofre, descritos no item 4.7.1.c);
- 5.1.1.b.8.1. A manutenção da certificação ABNT NBR 15247 não é obrigatória. Porém, é obrigatória a manutenção das características construtivas e de seus níveis de proteção, definidos de forma direta ou indireta, por esta norma.
- 5.1.1.b.9. Reposição de gás FM-200 de quaisquer dos cilindros do datacenter, caso a necessidade de reposição tenha surgido em decorrência de imprudência, imperícia ou negligência por parte da CONTRATADA;
- 5.1.1.b.10. Limpeza de equipamentos e ambientes do datacenter;
- 5.1.1.b.11. Renovação de pintura de equipamentos e ambientes do datacenter;
- 5.1.1.b.11.1. Nas paredes de alvenaria ou de *drywall*, a tinta usada deve ser acrílica e lavável, seguindo modelo e marca atualmente existente;
- 5.1.1.b.11.2. Não serão aceitas pinturas parciais;
- 5.1.1.b.11.3. Os elementos devem permanecer com aparência homogênea.
- c) O serviço de manutenção corretiva deve ser realizado independentemente de quem ou do que tenha gerado a necessidade de sua realização, exceto no seguinte caso:
- 5.1.1.c.1. A liberação do gás FM-200 contido em qualquer dos cilindros do datacenter, não realizada em decorrência de imprudência, imperícia ou negligência por parte da CONTRATADA.
- 5.1.1.c.1.1. No caso do subitem acima, ficará ao critério do BNDES a solicitação do serviço com pagamento por demanda "Reposição de gás FM-200", descrito no item 5.2.6.
- 5.1.2. Manutenção preventiva
- a) O serviço de manutenção preventiva inclui ações periódicas de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no funcionamento adequado dos sistemas, equipamentos e sistemas do datacenter;
- b) A manutenção preventiva também deve incluir obrigatoriamente, mas não somente:
- 5.1.2.b.1. Inspeção visual;
- 5.1.2.b.2. Medições de parâmetros físicos diversos, entre eles: tensão, corrente, potência, velocidade, fluxo, temperatura, pressão e umidade relativa;
- 5.1.2.b.2.1. Verificação dos parâmetros medidos e comparação com o histórico de medições, identificando pontos fora da normalidade.
- 5.1.2.b.3.

- 5.1.2.b.4. Verificação de presença de problemas, falhas ou anomalias;
  - 5.1.2.b.5. Substituição preventiva de peças ou componentes que estejam sujeitos a desgaste ou degradação;
    - 5.1.2.b.5.1. Neste caso, devem ser seguidas as condições descritas no item 6.5;
  - 5.1.2.b.6. Reposição ou substituição de insumos;
  - 5.1.2.b.7. Limpeza de ambientes e equipamentos;
  - 5.1.2.b.8. Renovação de ar da sala-cofre;
  - 5.1.2.b.9. Revezamento de equipamentos ou componentes redundantes entre si;
  - 5.1.2.b.10. Realização de testes para verificação do correto funcionamento de equipamentos e sistemas;
  - 5.1.2.b.11. Conferência de parâmetros de configuração;
  - 5.1.2.b.12. Análise de qualidade de água das linhas de climatização;
  - 5.1.2.b.13. Análise de qualidade de óleo Diesel dos tanques dos grupos geradores.
- c) A manutenção preventiva deve ser realizada mensalmente;
- d) A manutenção preventiva deve ser realizada de acordo com o "Cronograma de manutenção preventiva", anexo ao Edital;
- 5.1.2.d.1. O cronograma define as datas para início da realização da manutenção em cada mês;
    - 5.1.2.d.1.1. O cronograma inclui todos os meses até o fim do ano de 2019, mas apenas as manutenções preventivas dentro da vigência do contrato devem ser realizadas;
    - 5.1.2.d.1.2. A CONTRATADA pode solicitar a alteração das datas iniciais, desde que a solicitação seja feita com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
      - 5.1.2.d.1.2.1. A efetiva alteração das datas depende de aprovação do BNDES.
  - 5.1.2.d.2. O cronograma define as tarefas mínimas a serem executadas em cada mês;
    - 5.1.2.d.2.1. A quantidade de tarefas varia a cada mês, dependendo da frequência de cada tarefa.
  - 5.1.2.d.3. O cronograma classifica todas as tarefas em dois tipos:
    - 5.1.2.d.3.1. Tarefas comuns – tarefas que podem ser realizadas em quaisquer dias da semana;
    - 5.1.2.d.3.2. Tarefas especiais – tarefas que devem ser realizadas apenas em fins de semana e feriados;
      - 5.1.2.d.3.2.1. O BNDES pode autorizar, a seu critério, que tarefas especiais sejam executadas em um dia qualquer da semana.
- e) O horário de início em cada dia de realização da manutenção deve ser às 9 horas da manhã;
- 5.1.2.e.1. O horário de início pode ser alterado pelo BNDES, desde que comunique previamente a CONTRATADA;
  - 5.1.2.e.2. A CONTRATADA pode solicitar a alteração do horário de início, desde que a solicitação seja feita com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
    - 5.1.2.e.2.1. A efetiva alteração do horário de início depende de aprovação do BNDES.
- f) O responsável técnico deve alocar uma equipe de profissionais para realização de todas as tarefas definidas pelo cronograma em cada mês, objetivando a execução total no menor tempo possível;



- 5.1.2.f.1. A CONTRATADA deve comunicar por e-mail, com antecedência de 24 horas, a relação de profissionais alocados para cada dia de execução de atividades.
- g) O responsável técnico deve acompanhar localmente todas as tarefas especiais;
- h) O prazo para término das tarefas especiais é o segundo dia não útil, contado a partir da data de início de realização da manutenção preventiva;
- i) As tarefas do cronograma podem ser alteradas pelo BNDES, a qualquer momento, nos seguintes casos:
- 5.1.2.i.1. Quando forem identificadas novas tarefas, não constantes no cronograma, que sejam necessárias, a critério do BNDES, para garantir o correto funcionamento do datacenter;
- 5.1.2.i.2. Quando forem identificadas tarefas em desacordo com as recomendações ou definições do fabricante de um equipamento ou sistema;
- 5.1.2.i.3. Quando houver alteração nos sistemas e equipamentos do datacenter;
- j) Sempre que houver alteração do cronograma, a CONTRATADA deve seguir o novo cronograma em todas as manutenções preventivas seguintes;
- k) Como parte integrante da manutenção preventiva, a CONTRATADA deve fornecer um relatório descrevendo todas as tarefas realizadas;
- 5.1.2.k.1. O relatório deve conter minimamente:
- 5.1.2.k.1.1. Valores coletados em medições;
- 5.1.2.k.1.1.1. Sempre, que aplicável, cada valor deve vir acompanhado dos limites mínimo e máximo esperados para o ambiente do BNDES;
- 5.1.2.k.1.2. Relação de problemas, falhas e anomalias identificados;
- 5.1.2.k.1.3. Relação de peças substituídas;
- 5.1.2.k.1.4. Relação de insumos renovados;
- 5.1.2.k.1.5. Relação de baterias dos diversos sistemas e equipamentos do datacenter, com suas datas limites de substituição;
- 5.1.2.k.1.6. Imagens e relatórios gerados por equipamentos de medição ou por empresas subcontratadas;
- 5.1.2.k.1.7. Resultados de análises químicas ou físicas realizadas fora do EDSERJ;
- 5.1.2.k.1.7.1. Os relatórios destas análises, caso emitidos durante o tempo de realização da manutenção preventiva, devem estar anexados ao relatório da manutenção preventiva. Caso relatórios destas análises fiquem prontos depois desse período, devem ser entregues para o BNDES em formato eletrônico em até um dia útil. Nenhuma análise deve ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para ser entregue ao BNDES, a contar da data de início da manutenção preventiva.
- 5.1.2.k.1.8. Relatório fotográfico.
- 5.1.2.k.1.9. Assinatura do responsável técnico.
- 5.1.2.k.2. A critério do BNDES, os resultados parciais de análises e medições devem ser anexados ao relatório;

- 5.1.2.k.3. A CONTRATADA deve revisar o cronograma mensalmente e reportar, sempre que identificados, quaisquer pontos de melhoria aplicáveis.
- 5.1.3. Verificação de alarmes do sistema de monitoramento.
- a) A verificação de alarmes inclui:
- 5.1.3.a.1. Análise visual no local do alarme;
  - 5.1.3.a.2. Testes em sistemas e equipamentos;
  - 5.1.3.a.3. Pesquisa em histórico de alarmes;
  - 5.1.3.a.4. Correlação com outros alarmes;
  - 5.1.3.a.5. Correlação com outros sistemas e equipamentos não mencionados no alarme;
  - 5.1.3.a.6. Investigação da causa-raiz do alarme;
  - 5.1.3.a.7. Análise da necessidade de se realizar manutenção corretiva;
  - 5.1.3.a.8. Análise da necessidade de se realizar alteração em parâmetros de alarmes;
  - 5.1.3.a.9. Monitoramento dos sistemas, equipamentos e ambientes enquanto o alarme estiver ativo.
- 5.1.4. Abertura e fechamento de passagem selada pré-existente.
- a) O serviço de abertura e fechamento de passagem selada pré-existente inclui:
- 5.1.4.a.1. Avaliação de qual passagem selada deve ser usada para atender a necessidade do BNDES;
  - 5.1.4.a.2. Abertura de 1 (uma) passagem selada da sala-cofre;
  - 5.1.4.a.3. Remoção, remanejamento e instalação de cabos ou tubos, de acordo com a necessidade do BNDES;
  - 5.1.4.a.4. Fechamento da passagem selada;
    - 5.1.4.a.4.1. Esta etapa deve ser realizada imediatamente após confirmação por parte do BNDES do término da etapa descrita no item 5.1.4.a.3.
- b) O nível de estanqueidade da sala-cofre deve ser restaurado, após a realização do serviço, aos padrões definidos, de forma direta ou indireta, pela norma descrita no item 4.7.1.c.2.
- 5.1.5. Acompanhamento de atividades
- a) O acompanhamento inclui alocação de equipe de profissionais da CONTRATADA para vistoriar a execução de atividades relacionadas ao datacenter, sendo estas atividades de execução por parte do BNDES ou por parte de empresa contratada direta ou indiretamente pelo BNDES;
- b) A equipe de profissionais alocada deve ser capaz de:
- 5.1.5.b.1. Avaliar os riscos de as atividades em execução influenciarem o adequado funcionamento do datacenter;
  - 5.1.5.b.2. Operar os sistemas e equipamentos do datacenter a fim de permitir a realização da atividade.
- c) A equipe de profissionais alocada deve conter número de participantes adequado à complexidade da atividade, ao número de executores da atividade e à quantidade de locais em que a atividade é realizada.
- 5.1.6. Coleta de dados sobre o datacenter
- a) A coleta de dados inclui atividades de obtenção de informações sobre o datacenter e seu funcionamento, entre elas:
- 5.1.6.a.1. Medições em sistemas, equipamentos e ambientes;
  - 5.1.6.a.2. Pesquisa em bancos de dados dos sistemas do datacenter;

- 5.1.6.a.3. Análise de informações históricas.
- 5.1.7. Conferência de funcionamento adequado
  - a) A conferência tem por objetivo validar que sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter estão funcionando de acordo com: as especificações do fabricante, as normas aplicáveis e as determinações do BNDES;
  - b) A conferência deve incluir:
    - 5.1.7.b.1. Definição dos parâmetros de estudo, de forma que a análise destes parâmetros represente um meio adequado de avaliação do funcionamento do sistema, equipamento ou ambiente;
    - 5.1.7.b.2. Definição dos valores de referência adequados para cada parâmetro;
    - 5.1.7.b.3. Coleta dos valores de cada parâmetro, por período adequado;
    - 5.1.7.b.4. Comparação dos valores coletados com os valores de referência;
    - 5.1.7.b.5. Análise crítica e objetiva da comparação, com parecer sobre o adequado funcionamento do sistema, equipamento ou ambiente.
- 5.1.8. Adequação para instalação ou desinstalação de ativos de TIC
  - a) A adequação inclui todas as ações necessárias para permitir a instalação e a desinstalação de ativos de TIC na sala-cofre, incluindo:
    - 5.1.8.a.1. Avaliação de documentação técnica dos ativos de TIC e de seus impactos na adequação da sala-cofre;
    - 5.1.8.a.2. Instalação, remanejamento e desinstalação de circuitos elétricos, incluindo seus disjuntores, plugs e tomadas;
    - 5.1.8.a.3. Substituição de placas de piso, alternando entre placas perfuradas e não perfuradas;
    - 5.1.8.a.4. Instalação, remanejamento e desinstalação de barreiras de ar, incluindo quaisquer outras ações de adequação da separação dos fluxos de ar quente e frio;
    - 5.1.8.a.5. Instalação e desinstalação de reforço de piso, incluindo suportes de sustentação abaixo das placas de piso;
    - 5.1.8.a.6. Realização de corte em placas de piso, para permitir a passagem de cabos;
    - 5.1.8.a.7. Desmontagem, movimentação e montagem de racks que sejam necessários para os ativos de TIC;
    - 5.1.8.a.8. Movimentação dos ativos de TIC entre: a sala-cofre e a sala de apoio; ou entre locais diferentes da sala-cofre.
  - b) A adequação não inclui alterações fora da área da sala-cofre e não inclui aumento de capacidade do sistema elétrico ou do sistema de climatização.
- 5.1.9. Emissão de relatório técnico
  - a) O escopo do relatório pode ser sobre quaisquer características, propriedades ou aspectos dos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter;
  - b) O relatório técnico deve ser emitido por profissional de nível técnico ou por engenheiro da CONTRATADA, desde que tenha competência no escopo solicitado;
  - c) O relatório técnico deve ser entregue impresso e contendo:
    - 5.1.9.c.1. Nome e logomarca da CONTRATADA;
    - 5.1.9.c.2. Descrição da solicitação;

- 5.1.9.c.3. Data de emissão;
- 5.1.9.c.4. Nome, número de documento oficial de identidade e cargo do emissor;
- 5.1.9.c.5. Assinatura do emissor.

5.1.10. Atualização da documentação *as built*

- a) A documentação *as built* é um conjunto de documentos técnicos que descrevem as características construtivas dos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter, com o objetivo de representar precisamente estas características;
- b) A atualização da documentação *as built* inclui a verificação das características construtivas reais dos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter e adequação da documentação, de forma a manter seu objetivo;
- c) A documentação deve ser mantida em três formatos, com conteúdos idênticos: arquivos digitais no formato DWG, arquivos digitais no formato PDF e impresso em papel (impressão colorida).

5.1.11. Manutenção do catálogo de procedimentos

- a) O catálogo de procedimentos é um conjunto de procedimentos referentes ao datacenter, a serem seguidos por diferentes equipes, e com o objetivo de padronizar a atuação das equipes e evitar erros de execução;
  - 5.1.11.b.1. Atividades de como realizar manutenções nos sistemas, equipamentos e ambientes;
  - 5.1.11.b.2. Atividades de como realizar checagem dos sistemas, equipamentos e ambientes;
  - 5.1.11.b.3. Atividades de como se comportar em situações específicas;
  - 5.1.11.b.4. Atividades de como atuar em casos de emergência.
- c) A atualização do catálogo de procedimentos inclui todas as ações necessárias para manter o catálogo atualizado e com todo o conteúdo necessário para o funcionamento ideal do datacenter:
  - 5.1.11.c.1. Identificação de procedimentos que precisam ser criados;
  - 5.1.11.c.2. Elaboração de novos procedimentos;
  - 5.1.11.c.3. Revisão de procedimentos;
  - 5.1.11.c.4. Organização dos procedimentos.
- d) Cada procedimento do catálogo deve ter um identificador único;
- e) O catálogo deve ter seus procedimentos organizados em categorias;
- f) O catálogo deve ter um ou mais índices que facilitem a localização dos procedimentos;
- g) O catálogo deve ser mantido em dois formatos, com conteúdos idênticos: arquivos digitais no formato Word, arquivos digitais no formato PDF e impresso em papel.

5.2. Serviços com pagamento por demanda

5.2.1. Treinamento de brigadistas;

- a) O público alvo deste treinamento inclui todos os profissionais da Brigada de Incêndio do EDSERJ;
- b) O treinamento deve agrupar seus participantes em turmas;
- c) Cada turma deve ter uma ou mais aulas, de forma a cumprir a carga horária mínima e abranger todo o seu conteúdo programático;
- d) O treinamento deve contemplar os seguintes tópicos em seu conteúdo programático:

- 5.2.1.d.1. Visão geral sobre o datacenter;

- 5.2.1.d.1.1. Função de um datacenter;
- 5.2.1.d.1.2. Importância de um datacenter no suporte dos sistemas de TIC de uma empresa;
- 5.2.1.d.1.3. Empresas e equipes de profissionais que atuam na manutenção, operação e monitoramento do datacenter do BNDES;
- 5.2.1.d.1.4. Ambientes do datacenter.
- 5.2.1.d.2. Sistema de detecção e combate a incêndio;
  - 5.2.1.d.2.1. Central de controle;
  - 5.2.1.d.2.2. Detectores convencionais;
  - 5.2.1.d.2.3. Detectores precoces;
  - 5.2.1.d.2.4. Sinalizadores audiovisuais (SAV);
  - 5.2.1.d.2.5. Acionador manual de alarme;
  - 5.2.1.d.2.6. Acionadores manuais de combate a incêndio;
  - 5.2.1.d.2.7. Botões de supressão de combate a incêndio;
  - 5.2.1.d.2.8. Recipientes (cilindros) de gás FM-200.
- 5.2.1.d.3. Extintores de incêndio próximos ao datacenter;
- 5.2.1.d.4. Procedimento de atuação em caso de alarme de incêndio no datacenter;
- 5.2.1.d.5. Procedimento de atuação em caso de alarme na porta-eclusa;
- 5.2.1.d.6. Simulação de alarmes e atuação prática dos procedimentos.
- e) A carga horária mínima deste treinamento deve ser de 3 (três) horas;
- f) Cada turma deve ter no máximo 12 (doze) participantes;
- g) O número máximo de participantes de cada treinamento é de 50 profissionais.
- h) Deve haver material didático abordando todo o conteúdo programático, a ser elaborado pela CONTRATADA;
  - 5.2.1.h.1. O material didático para aplicação dos treinamentos deve ser entregue por e-mail ao BNDES com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data de realização do treinamento;
    - 5.2.1.h.1.1. Caso o BNDES solicite correções ou ajustes, estes devem ser efetuados em até 2 (dois) dias úteis.
  - 5.2.1.h.2. O material didático deverá ter aprovação do BNDES;
  - 5.2.1.h.3. O material didático deverá ser fornecido em português do Brasil;
    - 5.2.1.h.3.1. Adicionalmente, a CONTRATADA pode fornecer material de consulta complementar em português ou em inglês.
  - 5.2.1.h.4. Deve ser fornecido material impresso com o conteúdo apresentado em aula, para cada participante.
- i) O treinamento inclui todo o material necessário à sua administração;
- j) Não deve haver turmas concomitantes;
- k) Os treinamentos devem ser realizados nas dependências do BNDES;
- l) Após a realização de cada treinamento, a CONTRATADA deve emitir um relatório, como parte integrante do serviço de treinamento prestado, contendo:
  - 5.2.1.l.1. Descrição do treinamento;
  - 5.2.1.l.2. Datas e horários em que foram ministrados os treinamentos;
  - 5.2.1.l.3. Lista de participantes previstos e efetivos (comprovado através de lista de presença assinada pelos participantes);



- 5.2.1.1.4. Conteúdo programático.
- m) Os chamados solicitando o serviço de treinamento devem ser abertos com severidade não crítica.
- 5.2.2. Teste de estanqueidade da sala-cofre
- a) O teste de estanqueidade da sala-cofre deve ser realizado de acordo com os requisitos mencionados, de forma direta ou indireta, pela norma descrita no item 4.7.1.c.2;
- b) Após a realização do teste, deve ser entregue ao BNDES um laudo técnico contendo:
- 5.2.2.b.1. Nome, cargo e empresa do técnico realizador do teste;
- 5.2.2.b.2. Procedimentos e normas adotados no teste;
- 5.2.2.b.3. Parecer sobre a estanqueidade da sala-cofre.
- c) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica ou baixa;
- d) Caso seja detectado que o nível de estanqueidade está em desacordo com os requisitos mencionados, de forma direta ou indireta, pela norma descrita no item 4.7.1.c.2, será de responsabilidade da CONTRATADA providenciar a sua adequação, como parte do serviço de manutenção corretiva.
- 5.2.3. Abertura e fechamento de passagem selada nova
- a) O serviço de abertura e fechamento de passagem selada nova inclui:
- 5.2.3.a.1. Avaliação do melhor local para instalação de 1 (uma) nova passagem;
- 5.2.3.a.2. Realização de corte em perfil lateral da sala-cofre;
- 5.2.3.a.3. Instalação de mecanismo de blindagem modular, compatível com os padrões descritos, de forma direta ou indireta, pela norma descrita no item 4.7.1.c.2;
- 5.2.3.a.4. Instalação de cabos ou tubos, de acordo com a necessidade do BNDES;
- 5.2.3.a.5. Fechamento da passagem;
- 5.2.3.a.5.1. Esta etapa deve ser realizada imediatamente após confirmação por parte do BNDES do término da etapa descrita no item 5.1.4.a.3.
- b) O nível de estanqueidade da sala-cofre deve ser restaurado, após a realização do serviço, aos padrões definidos, de forma direta ou indireta, pela norma descrita no item 4.7.1.c.2;
- c) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica ou baixa.
- 5.2.4. Teste com banco de carga
- a) Este serviço tem o objetivo de testar individualmente os grupos geradores e os no-breaks do datacenter, de forma a validar que cada um destes equipamentos funciona adequadamente na carga máxima definida por seus respectivos fabricantes;
- b) Este serviço inclui:
- 5.2.4.b.1. Fornecimento temporário de banco de carga;
- 5.2.4.b.1.1. O banco de carga deve ser capaz de gerar a potência elétrica máxima de cada no-break, conforme definida no item 4.1.4.c.3;
- 5.2.4.b.1.2. O banco de carga deve ser capaz de gerar a potência elétrica máxima de cada grupo gerador, conforme definida no item 4.1.4.b.1.
- 5.2.4.b.2. Instalação temporária do banco de carga nas dependências do EDSERJ;

- 5.2.4.b.2.1. A instalação inclui a passagem temporária de cabeamento elétrico do banco de carga até os equipamentos a serem testados;
- 5.2.4.b.3. Instalação de novo ponto de conexão elétrica na saída de cada equipamento a ser testado;
  - 5.2.4.b.3.1. Este ponto deve permitir que:
    - 5.2.4.b.3.1.1. O banco de carga seja conectado ao equipamento sem a necessidade de desconexão do cabeamento elétrico normalmente conectado na saída do equipamento;
    - 5.2.4.b.3.1.2. Em caso de emergência, a desconexão do banco de carga seja feita por meio de um simples desligamento de um disjuntor e que conexão da carga normal seja feita por meio de um simples acionamento de um disjuntor;
    - 5.2.4.b.3.1.3. Em caso de sinistro a chave protetora (disjuntor) deve ser acionada automaticamente, protegendo os elementos a montante da chave de acordo com as premissas de seletividade da proteção.
    - 5.2.4.b.3.1.4. Durante o teste de carga somente o banco de carga deve ser energizado, isolando eletricamente quaisquer outras cargas conectadas aos geradores e no-breaks.
  - 5.2.4.b.3.2. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer todas as peças e insumos necessários para a realização desta atividade, como parte integrante do serviço;
  - 5.2.4.b.3.3. Esta instalação não será necessária caso este ponto já esteja disponível no equipamento.
- 5.2.4.b.4. Realização de testes nos no-breaks, em cada um dos seus modos de operação: normal, em bateria e by-pass;
  - 5.2.4.b.4.1. A duração dos testes deve ser suficiente para validar o funcionamento adequado dos no-breaks em cada um dos seus modos de operação;
- 5.2.4.b.5. Realização de testes nos grupos geradores;
  - 5.2.4.b.5.1. A duração dos testes deve ser suficiente para validar o funcionamento adequado dos grupos geradores;
- 5.2.4.b.6. Desinstalação do banco de carga;
  - 5.2.4.b.6.1. A desinstalação inclui a normalização das conexões elétricas dos equipamentos testados, de acordo com a situação original presente antes da instalação do banco de carga;
  - 5.2.4.b.6.2. Remoção do cabeamento elétrico, usado para ligar o banco de carga aos equipamentos testados, das dependências do EDSERJ;
  - 5.2.4.b.6.3. Remoção do banco de carga das dependências do EDSERJ.
- c) Após a realização dos testes, a CONTRATADA deve emitir relatório contendo informações sobre os testes realizados e os resultados obtidos;
- d) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica;
- e) Caso seja detectado algum problema, falha ou anomalia no sistema elétrico do datacenter durante os testes, será de responsabilidade da

CONTRATADA providenciar a normalização do sistema elétrico, como parte do serviço de manutenção corretiva.

5.2.5. Substituição de banco de baterias de *no-break*

a) O serviço de substituição de banco de baterias de *no-break* inclui:

5.2.5.a.1. Fornecimento de baterias novas, compatíveis com o *no-break* descrito no item 4.1.4.c.3, em quantidade equivalente ao total de baterias do banco de baterias descrito no item 4.1.4.c.3.1, sendo que cada bateria deve ter as características descritas no item 4.1.4.c.3.2;

5.2.5.a.1.1. As baterias devem ser homologadas pelo fabricante do *no-break* e pelo Inmetro;

5.2.5.a.2. Substituição das baterias de um dos *no-breaks* do sistema elétrico pelas novas baterias descritas no item 5.2.5.a.1;

5.2.5.a.3. Realização de testes operacionais no *no-break* com o objetivo de validar o adequado funcionamento das novas baterias;

5.2.5.a.4. Fornecimento de documentos comprobatórios de garantia das baterias, emitidos pelo fabricante ou fornecedor das novas baterias;

5.2.5.a.5. Remoção das baterias antigas (removidas do *no-break*) do EDSERJ;

5.2.5.a.6. Encaminhamento das baterias antigas para reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, de acordo com a Resolução CONAMA 401/08;

5.2.5.a.6.1. Devem ser fornecidas evidências de que o receptor das baterias antigas tenha implantado sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de baterias, conforme legislação em vigor.

b) Após a substituição das baterias, as novas baterias (recém instaladas) passam automaticamente a fazer parte integrante do datacenter e também passam automaticamente a fazer parte do escopo dos serviços deste documento de Termo de Referência;

c) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica.

5.2.6. Reposição de gás FM-200

a) A reposição de gás FM-200 pode ser realizada em dois tipos de cilindros:

5.2.6.a.1. Cilindro de uso na sala-cofre, descrito no item 4.2.1.g.1.1;

5.2.6.a.2. Cilindro de uso em sala de energia, descrito no item 4.2.1.g.1.2.

b) A reposição de gás FM-200, independente do tipo do cilindro, inclui:

5.2.6.b.1. Desinstalação e remoção de 1 (um) recipiente (cilindro) vazio de gás FM-200 do datacenter;

5.2.6.b.2. Fornecimento de recipiente, em substituição ao recipiente removido, com as seguintes restrições:

5.2.6.b.2.1. Mesmas características físicas e certificações do substituinte;

5.2.6.b.2.2. Contendo a quantidade (peso) de gás FM-200 correspondente ao tipo do recipiente original, descrita no item 4.2.1.g.1;

5.2.6.b.3. Instalação do recipiente fornecido;

5.2.6.b.4. Substituição do sistema de disparo.

- c) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica ou baixa;
  - d) A liberação do gás FM-200 contido em qualquer dos cilindros do datacenter, realizada em decorrência de imprudência, imperícia ou negligência por parte da CONTRATADA, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta normalizar o estado original do cilindro afetado como parte do serviço de manutenção corretiva.
- 5.2.7. Emissão de parecer técnico
- a) O escopo do parecer técnico pode ser sobre quaisquer características, propriedades ou aspectos dos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter;
  - b) Como pré-requisito, deve ser elaborado e emitido previamente um laudo técnico;
    - 5.2.7.b.1. O laudo técnico deve conter informações técnicas objetivas a respeito do assunto, resultantes de investigação e análise do assunto;
    - 5.2.7.b.2. A critério do BNDES, o laudo técnico pode ser considerado dispensável, não sendo obrigatório, neste caso, a emissão deste.
  - c) O parecer técnico deve conter:
    - 5.2.7.c.1. Opinião explícita a respeito do escopo solicitado;
    - 5.2.7.c.2. Sempre, que aplicável, referências às informações contidas no laudo técnico.
  - d) O parecer técnico deve ser emitido por engenheiro da CONTRATADA que tenha competência no escopo solicitado;
    - 5.2.7.d.1. O engenheiro emissor deve ter registro no CREA;
  - e) Deve ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrando nela a emissão do parecer técnico;
    - 5.2.7.e.1. A ART deve ser registrada no CREA;
    - 5.2.7.e.2. As despesas de registro da ART são de responsabilidade da CONTRATADA.
  - f) O parecer técnico deve ser entregue impresso e contendo:
    - 5.2.7.f.1. Nome e logomarca da CONTRATADA;
    - 5.2.7.f.2. Descrição da solicitação;
    - 5.2.7.f.3. Data de emissão;
    - 5.2.7.f.4. Nome, número de documento oficial de identidade, número de registro no CREA e cargo do emissor;
    - 5.2.7.f.5. Assinatura do emissor.
  - g) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica.
- 5.2.8. Instalação de suporte para câmera de vigilância (não está incluído o fornecimento de uma câmera para este item)
- a) O serviço de instalação de suporte para câmera de vigilância, de acordo com as necessidades do BNDES, incluindo:
    - 5.2.8.a.1. Fornecedor e instalação de suporte para fixação de câmera de vigilância;
      - 5.2.8.a.1.1. O suporte deve ter área de no mínimo 400cm<sup>2</sup>;
      - 5.2.8.a.1.2. O suporte deve permitir que seja futuramente perfurado para a fixação apropriada de uma câmera de vigilância;
      - 5.2.8.a.1.3. O suporte deve ser instalado em posição vertical ou horizontal, a critério do BNDES;
      - 5.2.8.a.1.4. O local de instalação será definido pelo BNDES no momento de solicitação do serviço;

- 5.2.8.a.1.5. O local de instalação deve ser em uma parede, teto ou poste de sustentação, localizados em qualquer ambiente do datacenter;
- 5.2.8.a.1.6. A instalação do suporte na sala-cofre não deve comprometer suas características construtivas;
- 5.2.8.a.2. Instalação de ponto de fornecimento de energia elétrica próximo ao suporte;
- 5.2.8.a.2.1. A instalação do ponto inclui o fornecimento e instalação de circuito elétrico e tomada;
- 5.2.8.a.2.2. O ponto de origem do circuito elétrico e sua tensão devem ser definidos pelo BNDES no momento de solicitação do serviço.
- 5.2.8.a.3. Instalação de ponto de rede de comunicação próximo ao suporte;
- 5.2.8.a.3.1. A instalação do ponto inclui o fornecimento e instalação de cabeamento de rede;
- 5.2.8.a.3.2. O ponto de origem do cabeamento deve ser definido pelo BNDES no momento de solicitação do serviço;
- 5.2.8.a.3.3. O cabeamento deve usar cabo padrão TIA/EIA-568 categoria 5e ou superior.
- b) Não fazem parte deste serviço:
  - 5.2.8.b.1. Fornecimento de câmera de segurança;
  - 5.2.8.b.2. Alteração no sistema de CFTV.
- c) Os chamados solicitando este serviço devem ser abertos com severidade não crítica.

## **6. CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS AO OBJETO DESTES DOCUMENTO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **6.1. Condições gerais**

- 6.1.1. Os serviços prestados devem estar de acordo com os critérios das normas ABNT aplicáveis;
- 6.1.2. A CONTRATADA deve assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, em qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas ocorridos na execução dos serviços;
- 6.1.3. A CONTRATADA pode subcontratar partes acessórias dos serviços objetos deste documento de Termo de Referência, desde que o valor total dos serviços subcontratados não ultrapasse 30% do valor global do contrato;
  - a) Em caso de subcontratação, as responsabilidades originais da CONTRATADA permanecem inalteradas.
- 6.1.4. Danos causados ao datacenter ou ao BNDES por negligência, imperícia ou imprudência por parte da CONTRATADA são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.1.5. A CONTRATADA deve enviar formalmente ao BNDES o Termo de Confidencialidade (Modelo Representante), anexo ao Edital, devidamente assinado, juntamente com o Contrato;
- 6.1.6. A CONTRATADA deve enviar formalmente ao BNDES, em até 21 (vinte e um) dias corridos após o início da prestação dos serviços, comprovação de que possui acordo formal com o fabricante ou fornecedor autorizado que inclua, no mínimo, fornecimento de peças para os seguintes equipamentos do datacenter do BNDES:
  - a) No-breaks (item 4.1.4.c.3)
  - b) Climatizadores da sala-cofre (item 4.3.1.a.1.1)



- c) CTA (item 4.1.4.c.1)
- 6.1.7. O acordo a que se refere o item 6.1.6 deve ter validade, no mínimo, igual ao período de vigência do contrato.
  - a) Em caso de renovação do contrato o comprovante deve ser revalidado.
- 6.1.8. Sempre que solicitado pela equipe responsável pelo datacenter, a CONTRATADA deve orientá-la na operação dos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter;
- 6.1.9. Qualquer serviço básico deverá ser solicitado por meio de um chamado, conforme descrito no item 6.6;
  - a) A abertura de chamado de um serviço básico poderá ser realizada em qualquer horário do dia e em qualquer dia do ano;
  - b) A abertura de chamado de um serviço básico poderá ser solicitada quantas vezes forem necessárias.
- 6.1.10. Qualquer serviço com pagamento por demanda deverá ser solicitado por meio de um chamado, conforme descrito no item 6.6;
  - a) A abertura de chamado de um serviço com pagamento por demanda poderá ser realizada em qualquer horário do dia e em qualquer dia do ano;
  - b) A abertura de chamado de um serviço com pagamento por demanda poderá ser solicitada quantas vezes forem necessárias, desde que limitadas às quantidades máximas definidas no item 15.2.8.
- 6.1.11. A CONTRATADA deve fornecer todas as ferramentas e insumos necessários para execução dos serviços;
- 6.1.12. O período que inclui os últimos 60 (sessenta) dias corridos do contrato deve ser usado para passagem de conhecimento;
  - a) O objetivo deste período é passar o conhecimento, adquirido pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, para a empresa que for contratada para continuar os serviços de manutenção do datacenter;
  - b) A CONTRATADA deve alocar técnicos de elétrica e de climatização para apresentarem o funcionamento do datacenter e responderem perguntas sobre a manutenção do datacenter;
- 6.1.12.b.1. Os técnicos devem estar presentes em todos os dias do período, incluindo fins de semana e feriados;
- c) A critério do BNDES, o número de dias do período pode ser reduzido, desde que mantenha o final do período no dia final do contrato.
- 6.1.13. Ao realizarem atividades no EDSERJ, os profissionais da CONTRATADA devem utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC) aplicáveis, que devem ser fornecidos pela própria CONTRATADA;
  - a) Em até 30 (trinta) dias corridos após o início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deve apresentar ao BNDES, através de e-mail, uma Análise Preliminar de Risco (APR), incluindo os EPI e EPC aplicáveis a cada atividade a ser desempenhada no âmbito deste documento de Termo de Referência.
- 6.2. Responsável técnico
  - 6.2.1. A CONTRATADA deve definir um representante para a função de "responsável técnico", passando este a ser responsável pela supervisão dos serviços prestados;
    - a) A definição deve ser comunicada formalmente ao BNDES e deve conter em anexo os seguintes documentos de comprovação de requisitos mínimos:

- 6.2.1.a.1. Comprovante de vínculo jurídico do representante com a CONTRATADA;
- 6.2.1.a.2. Comprovante da formação superior do representante em pelo menos uma das seguintes modalidades de engenharia: engenharia elétrica, engenharia mecânica e engenharia civil;
- 6.2.1.a.3. Comprovante de experiência de trabalho total do responsável técnico em atividades relacionadas com a manutenção de datacenter, por no mínimo 5 (cinco) anos após completude de formação superior em engenharia em uma das modalidades descritas no item 6.2.1.a.2;
  - 6.2.1.a.3.1. A comprovação pode ser feita por meio de: registros na carteira de trabalho (CTPS); Certidões de Acervo Técnico (CAT) devidamente averbadas no CREA; e contratos de prestação de serviço;
  - 6.2.1.a.3.2. Caso a carteira de trabalho ou o contrato de prestação de serviço não faça menção específica à manutenção de datacenter, é possível complementar essa comprovação por meio de declaração da empresa pela qual o engenheiro foi contratado.
- 6.2.1.a.4. Comprovante de registro no CREA do representante, com título profissional em umas das formações do item 6.2.1.a.2.
- b) A definição do responsável técnico, em conjunto com sua documentação, deve ser entregue ao BNDES no período compreendido entre a solicitação do BNDES para início da prestação dos serviços e a data do efetivo início dos serviços;
- c) A CONTRATADA pode substituir de forma temporária o responsável técnico por outro representante, desde que as seguintes condições sejam atendidas:
  - 6.2.1.c.1. A substituição temporária deve ocorrer pelo período máximo de 30 (trinta) dias corridos;
  - 6.2.1.c.2. A substituição temporária deve ocorrer por, no máximo, 4 (quatro) vezes durante a vigência do contrato;
  - 6.2.1.c.3. A substituição temporária deve ser comunicada formalmente ao BNDES, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, informando o período de substituição e deve conter os mesmos anexos necessários para a definição do responsável técnico inicial.
- d) A CONTRATADA pode substituir, de forma não temporária, o responsável técnico por outro representante, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, desde que as seguintes condições sejam atendidas:
  - 6.2.1.d.1. A substituição deve ser comunicada formalmente ao BNDES e deve conter os mesmos anexos necessários para a definição do responsável técnico inicial.
- 6.2.2. O responsável técnico deve estar presente no EDSERJ em todas as atividades especiais de manutenção preventiva;
- 6.2.3. O BNDES pode exigir, a seu critério, que o responsável técnico esteja presente no BNDES em quaisquer atividades relacionadas aos serviços previstos neste documento de Termo de Referência, desde que comunique previamente esta exigência à CONTRATADA;
- 6.2.4. O preposto do contrato deve ser o responsável técnico;
- 6.3. Equipe técnica da CONTRATADA
  - 6.3.1. A equipe técnica da CONTRATADA, responsável pela prestação de todos os serviços descritos neste documento de Termo de Referência,

deve ser composta por profissionais da CONTRATADA, estando entre eles;

- a) Responsável técnico;
- b) Profissionais residentes, descritos no item 6.4, incluindo possíveis substitutos;
- c) Profissionais não residentes, que podem vir a, em algum momento, atender a quaisquer dos serviços que são objeto desta contratação.

6.3.2. A Equipe técnica da CONTRATADA deve estar qualificada e treinada para o desempenho de suas tarefas;

- a) É de responsabilidade da CONTRATADA prover quaisquer qualificações ou treinamentos necessários a seus profissionais, de modo que possam atender a exigência acima;
- b) O BNDES poderá, durante a execução do contrato, exigir da CONTRATADA comprovação desta exigência.

6.3.3. A CONTRATADA deve enviar formalmente ao BNDES relação de todos os profissionais que compõem a sua equipe técnica, conforme disposto no item 10;

- a) A relação deve conter:

6.3.3.a.1. Data de emissão do documento que encaminha a relação;

6.3.3.a.2. Para cada profissional: nome, número de documento de identidade oficial, cargo e áreas de atuação;

6.3.3.a.3. Um Termo de Confidencialidade (Modelo Profissionais), anexo ao Edital, para cada profissional descrito na relação.

6.3.3.a.3.1. Estes termos devem estar devidamente assinados pelos respectivos profissionais.

6.3.4. A CONTRATADA deve enviar ao BNDES a relação de profissionais de sua equipe técnica no período compreendido entre a solicitação do BNDES para início da prestação dos serviços e a data do efetivo início dos serviços;

6.3.5. A relação de profissionais pode ser substituída pela CONTRATADA a qualquer momento, desde que a nova relação atenda as exigências descritas no item 6.3.3.a);

6.3.6. O BNDES se reserva o direito de não aceitar a participação em atividades, relacionadas aos serviços descritos neste documento de Termo de Referência, de profissionais que não estejam presentes na relação de profissionais recebida mais recentemente.

6.3.7. Os profissionais da CONTRATADA somente poderão circular nas dependências do EDSERJ, uniformizados e com acompanhamento de empregado do BNDES ou pessoa por ele designada;

- a) O BNDES poderá emitir, a seu critério e de acordo com a sua necessidade operacional, autorização para que determinado profissional da CONTRATADA circule em suas dependências sem o acompanhamento expresso no subitem anterior.

6.3.8. Ao circular pelo BNDES, o profissional da CONTRATADA deverá portar crachá de identificação com seu nome e identificação da empresa visíveis. Caso o crachá de identificação fornecido pelo Condomínio do EDSERJ não possua esta informação, o profissional da CONTRATADA deverá portar crachá fornecido pela CONTRATADA, além daquele fornecido pelo Condomínio do EDSERJ;

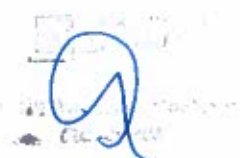
6.4. Posto de trabalho

6.4.1. A CONTRATADA deve manter 1 (um) posto de trabalho;

6.4.2. O posto deve estar presente 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano, incluindo feriados e fins de semana a partir da data e horário

definidos na solicitação de início de prestação de serviços, conforme descrito no item 0;

- a) O posto deve estar presente nas dependências do EDSERJ;
  - 6.4.2.a.1. A ausência por motivo de intervalo para repouso ou alimentação não será considerada como infração da exigência de presença.
- b) Fica a critério do BNDES usar o sistema de controle de acesso de pessoas do EDSERJ para validar o cumprimento desta exigência;
- 6.4.3. O BNDES fornecerá à Contratada, para viabilizar a prestação dos serviços dos residentes: local de trabalho, mobiliário de escritório e computador de uso pessoal.
- 6.4.4. O posto de trabalho deve ser ocupado por 4 (quatro) profissionais, denominados "residentes";
  - a) São atribuições dos residentes:
    - 6.4.4.a.1. Monitorar o funcionamento do datacenter;
    - 6.4.4.a.2. Registrar e reportar anomalias, falhas e problemas identificados;
    - 6.4.4.a.3. Manter comunicação com a equipe responsável pelo datacenter e com os demais residentes, compartilhando seu conhecimento sobre o datacenter;
    - 6.4.4.a.4. Manter esforço contínuo para aprender sobre as características e funcionamento do datacenter;
    - 6.4.4.a.5. Propor alterações nos sistemas, equipamentos, ambientes e procedimentos, sempre que identificar possibilidade de melhoria da qualidade do funcionamento do datacenter;
    - 6.4.4.a.6. Atuar, sempre que possível, em todos os serviços do objeto descrito neste documento de Termo de Referência;
    - 6.4.4.a.7. Operar os sistemas e equipamentos do datacenter;
    - 6.4.4.a.8. Manter comunicação com os demais profissionais da CONTRATADA que prestarem serviço no BNDES, compartilhando seu conhecimento sobre o datacenter e, sempre que possível, auxiliando na execução de todos os serviços do objeto descrito neste documento de Termo de Referência.
  - b) Os residentes devem se alternar na ocupação do posto;
- 6.4.5. O regime de trabalho deve ser o de "12x36", onde:
  - a) A jornada de trabalho é de 12 (doze) horas, já incluindo intervalo de 1 (uma) hora para repouso ou alimentação;
    - 6.4.5.a.1. O intervalo para repouso ou alimentação deve ser realizado no período que inicia 4 (quatro) horas após o início da jornada e termina 8 (oito) horas após o início da jornada.
  - b) O intervalo entre jornadas é de 36 (trinta e seis) horas;
  - c) A jornada de trabalho ocorre em qualquer dia da semana, inclusive feriados e fins de semana.
  - d) Deve haver dois turnos, que devem se alternar nos seguintes horários de cada dia: às 05:00 e às 17:00;
    - 6.4.5.d.1. O BNDES se reserva o direito de solicitar a alteração dos horários de alternância entre os turnos, desde que comunique a CONTRATADA com 1 (um) mês de antecedência.
- 6.4.6. Os residentes devem ter individualmente qualificações mínimas, que devem ser comprovadas;
  - a) As qualificações mínimas são:
    - 6.4.6.a.1. Ter ensino médio completo;





- 6.4.6.a.2. Ter formação como técnico em eletrotécnica, comprovada por meio de diploma ou declaração da instituição de ensino;
- 6.4.6.a.3. Ter experiência mínima de 3 (três) anos como técnico em eletrotécnica;
  - 6.4.6.a.3.1. A comprovação pode ser feita por meio de: registros na carteira de trabalho (CTPS); Certidões de Acervo Técnico (CAT) devidamente averbadas no CREA; e por contratos de prestação de serviço.
- 6.4.6.a.4. Comprovante de registro no CREA.
- b) Para que haja a validação das qualificações de um profissional candidato a ser residente, a CONTRATADA deve:
  - 6.4.6.b.1. Enviar solicitação de validação de documentação, contendo em anexo documentação comprobatória das qualificações descritas em a);
  - 6.4.6.b.2. Aguardar a validação do BNDES, que tem um prazo de emissão de 3 (três) dias úteis após a solicitação;
    - 6.4.6.b.2.1. O BNDES se reserva o direito de negar a validação, desde que de forma fundamentada, em casos de: documentação incompleta; documentação que não atenda às exigências; falta de autenticidade ou veracidade da documentação;
  - 6.4.6.b.3. A CONTRATADA pode enviar quantas solicitações de validação de documentação comprobatória das qualificações desejar;
- 6.4.7. A CONTRATADA deve enviar ao BNDES, conforme disposto no item 10, uma relação com exatamente 4 (quatro) profissionais, denominada "relação de residentes";
  - a) Os residentes listados na relação devem ter suas qualificações previamente validadas, conforme item 6.4.6.b);
  - b) Os residentes listados na relação devem compor o posto de trabalho;
  - c) O envio desta relação é pré-requisito para o início da prestação do posto de trabalho e respectivo pagamento deste componente da planilha de preços;
  - d) A CONTRATADA pode alterar a relação de residentes a qualquer momento, desde que;
    - 6.4.7.d.1. Os residentes listados na nova relação devem ter suas qualificações previamente validadas, conforme item 6.4.6.b);
    - 6.4.7.d.2. Comunique previamente o BNDES;
    - 6.4.7.d.3. Promova o repasse de conhecimento aos seus novos residentes, sem prejuízo à continuidade ou à qualidade dos serviços;
    - 6.4.7.d.4. Não exceda os seguintes limites:
      - 6.4.7.d.4.1. Máximo de 3 (três) substituições temporárias em cada mês;
        - 6.4.7.d.4.1.1. Serão consideradas substituições temporárias as substituições com duração máxima de 24 (vinte e quatro) horas.
      - 6.4.7.d.4.2. Máximo de 4 (quatro) substituições não temporárias em qualquer período de 12 (doze) meses.
  - e) As alterações na relação de residentes em decorrência dos seguintes casos não contam para contabilização dos limites descritos no item 6.4.7.d.4: férias; treinamento; pedido de demissão por parte do residente; demissão com justa causa; licença por motivo



de doença; licença paternidade; licença por casamento; e licença por óbito;

6.4.7.e.1. A critério do BNDES, alterações em decorrência de outras substituições excepcionais podem ser desconsideradas na contabilização dos limites acima descritos.

f) O BNDES poderá solicitar, a seu critério e em qualquer momento, a substituição de residentes.

#### 6.4.8. Salário e benefícios dos residentes

a) O salário mensal de cada residente deve atender ao valor mínimo de R\$ 3.566,13 (três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e treze centavos), estimado pelo BNDES com base nos valores praticados no mercado;

b) Ao salário acima definido deverá ser acrescido o adicional de periculosidade;

c) Em caso de o acordo da categoria profissional estabelecer a obrigatoriedade de pagamento dos benefícios abaixo, deverão ser considerados pelas empresas licitantes, para fins de elaboração da Proposta, os seguintes referenciais mínimos, estimados pelo BNDES com base nas médias praticadas pelo mercado envolvido;

6.4.8.c.1. Auxílio refeição ou auxílio alimentação com valor mínimo diário de R\$ 30,58 (trinta reais e cinquenta e oito centavos).

6.4.8.c.1.1. A CONTRATADA deve permitir que cada residente escolha, entre os modos refeição e alimentação, a opção que melhor lhe atenda.

6.4.8.c.2. Plano Privado de Assistência a Saúde (PPAS) ambulatorial, laboratorial e hospitalar que contemple os seguintes serviços e coberturas mínimas:

6.4.8.c.2.1. Rede credenciada (consultórios, clínicas, laboratórios e hospitais) na cidade do Rio de Janeiro;

6.4.8.c.2.2. Atendimento na cidade do Rio de Janeiro para urgência e emergência;

6.4.8.c.2.3. Atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, com médico de plantão;

6.4.8.c.2.4. Cobertura ambulatorial e hospitalar para todos os profissionais (consultas, exames, tratamentos, radiografias, internações clínicas e cirúrgicas); e

6.4.8.c.2.5. Cobertura dos procedimentos médicos que constam do Rol de Procedimentos Médicos definido pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

6.4.8.c.3. Estes benefícios não poderão ser descontados da remuneração dos profissionais e deverão ser reajustados durante o prazo do contrato.

6.4.8.c.3.1. O reajuste deverá obedecer aos mesmos índices da categoria profissional ou, na falta deste, obedecer ao índice de reajuste do contrato.

#### 6.5. Substituição de produtos

6.5.1. A substituição de produtos inclui a substituição de: peças, componentes, equipamentos, insumos ou software;

6.5.2. Exigências para substituição de produtos:

a) Caso seja necessária a substituição de produtos durante a execução dos serviços definidos no objeto deste documento de Termo de Referência, estes produtos deverão ser providenciados pela CONTRATADA;

- b) Despesas referentes à substituição, incluindo despesas tais como custo do produto, transporte, impostos e seguros serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) Deverá ser comprovada a autenticidade dos produtos por meio de apresentação de nota fiscal;
- d) Para produtos fabricados no exterior que tenham sido importados diretamente pela CONTRATADA ou que não tenham sido adquiridos junto à representação do fabricante em território nacional, será obrigatório apresentar a guia de importação emitida pela alfândega brasileira, juntamente com a comprovação da quitação dos tributos estadual e federal;
- e) Deverão ser entregues o manual original e o termo de garantia original dos produtos, se houver;
- f) Os produtos substituintes deverão possuir, no mínimo, o mesmo desempenho e as mesmas funcionalidades daqueles originalmente utilizados;
- g) Somente serão aceitos produtos que sejam novos e do mesmo fabricante, exceto nos seguintes casos:
  - 6.5.2.g.1. Caso o fabricante deixe de existir ou o produto esteja indisponível para aquisição pela CONTRATADA de forma definitiva:
    - 6.5.2.g.1.1. Será admitida a substituição por outro produto similar, desde que a CONTRATADA apresente ao BNDES comprovação deste fato, bem como laudo técnico elaborado por ela ou por terceiro, comparando o produto original com o substituinte, devendo este último ter características iguais ou superiores ao anterior.
    - 6.5.2.g.1.2. A substituição será admitida a critério do BNDES, após avaliação das condições de uso e da compatibilidade do produto substituinte em relação ao original.
    - 6.5.2.g.1.3. O produto substituinte deverá ser novo.
  - 6.5.2.g.2. Substituição temporária:
    - 6.5.2.g.2.1. Faculta-se à CONTRATADA substituir temporariamente produtos por outros de mesmas características técnicas e em condições operacionais aceitáveis, sejam estes novos ou usados, desde que a CONTRATADA notifique o BNDES que realizou esta substituição temporária.
    - 6.5.2.g.2.2. O uso da substituição temporária não exime da CONTRATADA da responsabilidade de prover a substituição definitiva, conforme item 6.5, a menos que seja autorizado pelo BNDES.
    - 6.5.2.g.2.3. O BNDES se reserva o direito de não aceitar a completude de tarefas de responsabilidade da CONTRATADA que tenham utilizado, de forma direta ou indireta, uma substituição temporária.
  - 6.5.2.g.3. Caso não seja possível realizar a substituição do produto nas instalações do BNDES, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção do produto, a sua efetiva substituição e o seu devido retorno;
    - 6.5.2.g.3.1. A CONTRATADA será considerada fiel depositária do item durante este período;

6.5.2.g.3.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes ao transporte (incluindo tributos e seguros);

6.5.2.g.3.3. A remoção para outra localidade não exime a CONTRATADA do cumprimento dos prazos e obrigações estabelecidos;

6.5.2.g.3.4. Para a remoção de qualquer produto das dependências do BNDES, será necessária a autorização de saída emitida pelo gestor do contrato ou pela equipe responsável pelo datacenter, a ser concedida nominalmente a um funcionário da CONTRATADA.

6.5.3. O BNDES se reserva o direito de não aceitar a completude de um serviço prestado pela CONTRATADA que tenha realizado alguma substituição de produto em desacordo com as exigências descritas no item 6.5;

6.5.4. Faculta-se ao BNDES solicitar, sem custo adicional, a substituição de qualquer produto que apresente problema recorrente, ou seja, que se repete por três ou mais vezes em um período de 90 (noventa) dias corridos.

6.5.5. Os produtos fornecidos e instalados pela CONTRATADA no âmbito dos serviços descritos no item 5 deverão ser incluídos automaticamente como parte integrante do datacenter, descrito inicialmente no item 3, passando a ter direito de receberem os serviços descritos no item 5, sem custo adicional.

#### 6.6. Chamados

6.6.1. Descrição dos termos relacionados a chamados:

- a) Chamado – uma solicitação feita à CONTRATADA por meio de contato telefônico a respeito dos serviços descritos no item 5;
- b) Momento de abertura de um chamado – data e horário de finalização do contato telefônico ao qual se refere o subitem a);
- c) Atendimento – visita feita por um ou mais profissionais da CONTRATADA ao BNDES a respeito de um chamado.

6.6.2. Estado

- a) A qualquer momento, um chamado deve ter um estado, que representa a situação em que ele se encontra durante seu ciclo de vida;
- b) Um chamado pode estar em apenas um estado em um dado momento.
- c) Um chamado poderá ter os seguintes estados, com seus respectivos significados:

6.6.2.c.1. Aberto – O chamado está apto a receber atendimentos e aguarda que sua solicitação seja atendida;

6.6.2.c.2. Suspenso – O chamado está temporariamente inapto a receber atendimentos;

6.6.2.c.3. Fechado – O chamado teve sua solicitação atendida e está definitivamente inapto a receber atendimentos;

6.6.2.c.4. Cancelado – O chamado está definitivamente inapto a receber atendimentos e não é necessário que sua solicitação seja atendida.

- d) Ao terminar o processo de abertura de um chamado, o estado deste chamado deve ser “aberto”, permanecendo neste estado até que seja alterado.

6.6.3. Severidade

- a) A qualquer momento, um chamado deve ter uma severidade, classificada de acordo com os eventos, necessidades ou razões que levaram a sua abertura ou a sua reclassificação de severidade.
- b) Um chamado pode ter apenas uma severidade em um dado momento.
- c) O processo de classificação de severidade deve ser realizado de acordo com os seguintes critérios, descritos em ordem de severidades decrescentes:
  - 6.6.3.c.1. Severidade Grave – chamado cujos eventos ou necessidades atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
    - 6.6.3.c.1.1. Causaram perda superior à redundância em qualquer conjunto de componentes do sistema elétrico;
    - 6.6.3.c.1.2. Causaram perda superior à redundância no sistema de climatização da sala-cofre;
    - 6.6.3.c.1.3. Podem causar a parada ou causaram a parada de mais de 8 (oito) ativos de TIC na sala-cofre;
    - 6.6.3.c.1.4. Podem causar a parada ou causaram a parada do sistema de armazenamento de dados (storage), instalado na sala-cofre.
  - 6.6.3.c.2. Severidade alta – chamado cujos eventos ou necessidades atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
    - 6.6.3.c.2.1. Causaram perda total da redundância em qualquer conjunto de componentes do sistema elétrico;
    - 6.6.3.c.2.2. Causaram perda total da redundância no sistema de climatização da sala-cofre;
    - 6.6.3.c.2.3. Causaram perda total da redundância ou perda superior à redundância no sistema de climatização de qualquer uma das duas salas de energia;
    - 6.6.3.c.2.4. Causaram a parada de 8 (oito) ou menos ativos de TIC na sala-cofre;
    - 6.6.3.c.2.5. Causaram vazamento significativo de líquido;
    - 6.6.3.c.2.6. Causaram alarme de presença de líquido;
    - 6.6.3.c.2.7. Causaram parada parcial, parada completa, ou perda de funcionalidade no sistema de monitoramento;
    - 6.6.3.c.2.8. Causaram parada de algum ativo de TIC na sala-cofre.
  - 6.6.3.c.3. Severidade média – chamado cujos eventos ou necessidades atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
    - 6.6.3.c.3.1. Causaram diminuição do nível de redundância do sistema elétrico;
    - 6.6.3.c.3.2. Causaram diminuição do nível de redundância do sistema de climatização da sala-cofre;
    - 6.6.3.c.3.3. Causaram diminuição do nível de redundância do sistema de climatização de qualquer uma das duas salas de energia;
    - 6.6.3.c.3.4. Podem causar parada de algum ativo de TIC na sala-cofre;
    - 6.6.3.c.3.5. Causaram parada parcial, parada completa, ou perda de funcionalidade em qualquer um dos seguintes sistemas: sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de controle de acesso e sistema de CFTV.

- 6.6.3.c.4. Severidade baixa – chamado cujos eventos ou necessidades, a critério do BNDES, geram necessidade de solução de urgência e não se enquadram nos critérios das severidades grave, alta ou média;
  - 6.6.3.c.5. Severidade não crítica – chamado que não pode ser classificado com qualquer outra severidade;
  - 6.6.3.c.6. Caso o chamado possua características que permitam caracterizá-lo em mais de uma severidade, ele deve ser classificado com a maior destas severidades.
  - d) O processo de classificação da severidade deve levar em conta todas as informações disponíveis no momento;
    - 6.6.3.d.1. Em caso de alarme ou suspeita de funcionamento anormal, relacionados a qualquer ambiente, sistema ou equipamento, em que não seja possível avaliar o real nível de impacto sobre o seu adequado funcionamento, o BNDES se reserva o direito de considerar que o ambiente, sistema ou equipamento está não funcional.
  - e) A classificação da severidade deve ocorrer necessariamente na abertura de um chamado, conforme descrito no item 6.6.4.c).
- 6.6.4. Abertura
- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento telefônico para fins de abertura de chamado e registro de agendamento;
    - 6.6.4.a.1. Este serviço deve ter número telefônico com ligação gratuita (0800) a partir de qualquer número telefônico ou número telefônico fixo na cidade do Rio de Janeiro (código de área 21);
    - 6.6.4.a.2. Este serviço deverá estar disponível durante 24 horas por dia, em todos os dias do ano, incluindo feriados e fins de semana.
  - b) A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento telefônico complementar através de pelo menos 2 (dois) números telefônicos móveis;
    - 6.6.4.b.1. Os dois números devem ser de operadoras de telecomunicações distintas;
    - 6.6.4.b.2. Este serviço complementar poderá ser utilizado para abertura de chamado e registro de agendamento em caso de não atendimento do serviço descrito no item a);
    - 6.6.4.b.3. A utilização deste serviço complementar para abertura de chamado e registro de agendamento só deve ocorrer em caso de não atendimento do serviço descrito no item a);
    - 6.6.4.b.4. A utilização deste serviço complementar não exime a CONTRATADA da responsabilidade de manter a disponibilidade descrita no item a).
  - c) Ao solicitar a abertura de um chamado, o solicitante deve classificar sua severidade;
  - d) Durante o atendimento telefônico, o solicitante deve informar: seu nome, a descrição do chamado e a severidade do chamado;
    - 6.6.4.d.1. Para chamados de severidade não crítica ou baixa, o solicitante pode definir agendamentos para este chamado, conforme descrito no item 6.6.5;
  - e) Durante o atendimento telefônico, a CONTRATADA deve fornecer um número de identificação de chamado.



- 6.6.4.e.1. Este número deve ser inteiro, único durante a vigência do contrato e deve ser maior que dos chamados abertos anteriormente.
- f) Uma vez terminado o processo de abertura de um chamado:
- 6.6.4.f.1. Cabe à CONTRATADA confirmar a abertura do chamado através de notificação por e-mail ao BNDES.
- 6.6.4.f.1.1. A notificação deve conter as seguintes informações sobre o chamado:
- 6.6.4.f.1.1.1. Número de identificação do chamado;
  - 6.6.4.f.1.1.2. Momento de abertura;
  - 6.6.4.f.1.1.3. Nome do solicitante;
  - 6.6.4.f.1.1.4. Descrição informada pelo solicitante;
  - 6.6.4.f.1.1.5. Severidade;
  - 6.6.4.f.1.1.6. Relação de agendamentos, caso tenham sido definidos.
- 6.6.4.f.1.2. Fica a critério do BNDES definir, a qualquer momento, um formato de apresentação das informações, que deve ser utilizado pela CONTRATADA nas futuras notificações por e-mail;
- 6.6.4.f.1.2.1. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer notificação de confirmação de abertura de chamado enviada pela CONTRATADA que não respeite as definições de formato previamente realizadas pelo BNDES.
- 6.6.4.f.1.3. A notificação deve ser enviada em até 60 minutos após o momento de abertura.
- 6.6.4.f.2. Cabe também à CONTRATADA cumprir plenamente a solicitação descrita no chamado, respeitando os prazos de acordo com a severidade do chamado, e então solicitar a mudança de estado do chamado para fechado.
- 6.6.5. Agendamento
- a) Para chamados de severidade não crítica ou baixa, faculta-se ao BNDES definir, a qualquer momento, um ou mais agendamentos;
  - b) Cada agendamento representa um dia e horário em que deve haver atendimento para o respectivo chamado;
  - c) O registro de agendamentos deve ser realizado através do telefone de contato definido no item 6.6.4.a);
- 6.6.5.c.1. Durante o atendimento telefônico, o solicitante deve informar: seu nome, o número de identificação do chamado e ainda, para cada agendamento desejado, data e horário.
- 6.6.5.c.2. O agendamento deve ter antecedência mínima de 2 (duas) horas;
- 6.6.5.c.3. O agendamento pode ser definido para qualquer dia, incluindo fins de semana e feriados;
- 6.6.5.c.4. O agendamento pode ser definido para qualquer horário do dia.
- d) Uma vez terminado o processo de registro de agendamentos, cabe à CONTRATADA:
- 6.6.5.d.1. Confirmar o registro dos agendamentos através de notificação por e-mail ao BNDES;
- 6.6.5.d.1.1. A notificação deve conter as seguintes informações sobre o chamado:
- 6.6.5.d.1.1.1. Número de identificação do chamado;
  - 6.6.5.d.1.1.2. Nome do solicitante;

6.6.5.d.1.1.3. Descrição;

6.6.5.d.1.1.4. Severidade;

6.6.5.d.1.1.5. Relação de agendamentos informada pelo solicitante.

6.6.5.d.1.2. Fica a critério do BNDES definir, a qualquer momento, um formato de apresentação das informações, que deve ser utilizado pela CONTRATADA nas futuras notificações por e-mail;

6.6.5.d.1.2.1. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer notificação de confirmação de agendamento enviada pela CONTRATADA que não respeite as definições de formato previamente realizadas pelo BNDES.

6.6.5.d.1.3. A notificação deve ser enviada em até 60 minutos após o registro do agendamento.

6.6.5.d.2. Garantir que haja atendimento em cada agendamento registrado.

#### 6.6.6. Atendimento

- a) Os atendimentos de um chamado devem ser usados para se realizar atividades com o objetivo de cumprir plenamente a solicitação de um chamado;
- b) Os atendimentos podem ocorrer a qualquer momento, desde que sejam para um chamado que esteja no estado "aberto";
- c) Os atendimentos de um chamado devem ser realizados por profissionais da CONTRATADA capacitados a atender o chamado correspondente;
- d) A CONTRATADA pode usar profissionais empregados por outras empresas contratadas por ela, como auxílio durante os atendimentos, desde que a relação dos profissionais auxiliares seja enviada ao BNDES com antecedência mínima de 24 horas;

6.6.6.d.1. A relação de profissionais deve conter, para cada profissional: nome, número de documento de identidade, empresa para qual trabalha e fotocópia do contrato de prestação de serviços.

- e) O início do atendimento será considerado quando os profissionais que realizarão o atendimento se apresentarem nas dependências do BNDES para iniciarem suas atividades;

6.6.6.e.1. A apresentação deve ocorrer de umas das seguintes formas:

6.6.6.e.1.1. Presença física perante a equipe de monitoramento do datacenter;

6.6.6.e.1.2. Presença física perante a equipe responsável pelo datacenter;

6.6.6.e.1.3. Por meio de registro em software de controle, opcionalmente disponibilizado pelo BNDES.

- f) Sempre que estiverem nas dependências do BNDES, os profissionais devem seguir as orientações descritas no documento "Procedimento interno para prestação de serviço de manutenção no datacenter", a ser emitido pela equipe responsável pelo datacenter;

6.6.6.f.1. Esta exigência só se aplica após a disponibilização deste documento pelo BNDES à CONTRATADA.

- g) Caso os profissionais da CONTRATADA identifiquem durante um atendimento qualquer problema, falha, inadequação, mau funcionamento ou anomalia em qualquer dos sistemas,

equipamentos ou ambientes do datacenter que não seja assunto direto do chamado em atendimento, eles devem reportar imediatamente à equipe responsável pelo datacenter e proceder com uma das seguintes ações:

- 6.6.6.g.1. Corrigir plenamente o problema identificado, como parte integrante do chamado já em atendimento;
  - 6.6.6.g.2. Providenciar que seja aberto, em até 1 (uma) hora, novo chamado descrevendo o problema identificado.
  - h) O fim do atendimento será considerado quando todos os profissionais da CONTRATADA, que realizavam um atendimento, interromperem suas atividades ou se ausentarem das dependências do BNDES;
  - i) Só serão consideradas como parte de um atendimento as atividades realizadas nas dependências do BNDES;
  - j) Caso tenham sido definidos um ou mais agendamentos para um chamado, deve haver atendimento na data e hora de cada agendamento.
- 6.6.7. Reclassificação de severidade
- a) A reclassificação de severidade de um chamado somente pode ser realizada pelo BNDES;
  - b) A CONTRATADA pode solicitar a reclassificação de severidade de um chamado a qualquer momento;
    - 6.6.7.b.1. A solicitação deve conter as seguintes informações:
      - 6.6.7.b.1.1. Número de identificação do chamado;
      - 6.6.7.b.1.2. Descrição do chamado;
      - 6.6.7.b.1.3. Informação relevante sobre o chamado que justifique a reclassificação de severidade, de acordo com os critérios do item 6.6.3.c).
    - 6.6.7.b.2. A solicitação deve ocorrer por um dos seguintes meios:
      - 6.6.7.b.2.1. Por e-mail;
        - 6.6.7.b.2.1.1. Fica a critério do BNDES definir, a qualquer momento, um formato de apresentação das informações, que deve ser utilizado pela CONTRATADA nas futuras solicitações por e-mail;
        - 6.6.7.b.2.1.1.1. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer solicitação de reclassificação de severidade de um chamado enviada pela CONTRATADA que não respeite as definições de formato previamente realizadas pelo BNDES.
      - 6.6.7.b.2.2. Por registro em software de controle, opcionalmente disponibilizado pelo BNDES.
    - 6.6.7.b.3. A efetiva reclassificação depende de aprovação do BNDES.
  - c) A reclassificação da severidade de um chamado pode ocorrer a qualquer momento, a critério do BNDES, desde que as seguintes condições sejam atendidas: o chamado esteja em estado "aberto" ou "suspensão"; que a reclassificação seja comunicada à CONTRATADA; e inclua informação relevante sobre o chamado que justifique a reclassificação de severidade, de acordo com os critérios do item 6.6.3.c).
- 6.6.8. Linha de base (LB)
- a) A linha de base é uma característica de um chamado que representa um momento no tempo (data e horário);

- b) A linha de base é usada no cálculo do momento limite para início de atendimento e no cálculo do momento limite para fechamento de chamado;
  - c) Quando um chamado é aberto, a sua linha de base é definida automaticamente como sendo o seu momento de abertura;
  - d) Caso um chamado tenha reclassificações de severidade, a linha de base é redefinida automaticamente como o momento da última reclassificação de severidade.
- 6.6.9. Momento limite para início de atendimento (MLIA)
- a) Quando um chamado é aberto, o momento limite para que haja seu primeiro atendimento é chamado de "momento limite para início de atendimento";
  - b) O momento limite para início de atendimento de um chamado é definido como sendo:  $MLIA = LB + TPIA + TTSI$ , onde:
    - 6.6.9.b.1. MLIA é o momento limite para início de atendimento;
    - 6.6.9.b.2. LB é a linha de base;
    - 6.6.9.b.3. TPIA é o tempo padrão para início de atendimento da severidade atual, conforme tabela abaixo;
    - 6.6.9.b.4. TTSI é o tempo total em que o chamado esteve suspenso desde a sua linha de base até o momento (LB + TPIA). Isto é, uma vez ultrapassado o momento limite para início de atendimento (MLIA), novas suspensões não podem ser adicionadas ao MLIA.

Severidade	Tempo padrão para início de atendimento (TPIA)
Não crítica	360 horas (15 dias)
Baixa	72 horas
Média	2 horas
Alta	1 hora
Grave	30 minutos

- c) A CONTRATADA deve respeitar o momento limite para início de atendimento para todos os chamados;
    - 6.6.9.c.1. A CONTRATADA fica isenta de atender esta exigência para os chamados que forem cancelados ou fechados antes deste momento limite.
- 6.6.10. Momento limite para fechamento de chamado (MLF)
- a) Quando um chamado é aberto, o momento limite para que haja seu fechamento é chamado de "momento limite para fechamento de chamado";
  - b) O momento limite para fechamento de um chamado é definido como sendo:  $MLF = LB + TPF + TTP + TTS$ , onde:
    - 6.6.10.b.1. MLF é o momento limite para fechamento;
    - 6.6.10.b.2. LB é a linha de base;
    - 6.6.10.b.3. TPF é o tempo padrão para fechamento da severidade atual, conforme tabela abaixo;
    - 6.6.10.b.4. TTP é o tempo total de prorrogação, representando pelo somatório dos períodos das prorrogações de um chamado

desde a sua linha de base, conforme a definição de prorrogação no item 6.6.11;

6.6.10.b.5. TTS é o tempo total em que o chamado esteve suspenso desde a sua linha de base.

Severidade	Tempo padrão para fechamento (TPF)
Não crítica	360 horas (15 dias)
Baixa	72 horas
Média	24 horas
Alta	12 horas
Grave	2 horas

- c) A CONTRATADA deve respeitar o momento limite para fechamento de chamado para todos os chamados.

**6.6.11. Prorrogação de chamado**

- a) A prorrogação de um chamado define um período de tempo (quantidade de horas), que desloca positivamente o limite para fechamento de um chamado;
- b) Pode haver várias prorrogações para um mesmo chamado;
- c) A prorrogação somente pode ser realizada para chamados de severidade não crítica;
- d) A prorrogação somente pode ser realizada pelo BNDES;
- e) O tempo total de prorrogação (TTP) de um dado chamado não pode exceder 1800 horas (75 dias);
- f) A CONTRATADA pode solicitar uma prorrogação a qualquer momento;

**6.6.11.f.1. A solicitação deve conter as seguintes informações:**

- 6.6.11.f.1.1. Número de identificação do chamado;
- 6.6.11.f.1.2. Descrição do chamado;
- 6.6.11.f.1.3. Justificativa.

**6.6.11.f.2. A solicitação deve ocorrer por um dos seguintes meios:**

- 6.6.11.f.2.1. Por e-mail;

6.6.11.f.2.1.1. Fica a critério do BNDES definir, a qualquer momento, um formato de apresentação das informações, que deve ser utilizado pela CONTRATADA nas futuras solicitações por e-mail;

6.6.11.f.2.1.2. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer solicitação de prorrogação de chamado enviada pela CONTRATADA que não respeite as definições de formato previamente realizadas pelo BNDES.

- 6.6.11.f.2.2. Por registro em software de controle, opcionalmente disponibilizado pelo BNDES.

**6.6.11.f.3. A efetiva prorrogação de chamado depende de aprovação do BNDES;**

- 6.6.11.f.3.1. Ao ser aprovada, a prorrogação passa a ter efeito no momento da solicitação pela CONTRATADA.

- g) A prorrogação pode ocorrer a qualquer momento, a critério do BNDES, desde que: o chamado esteja em estado "aberto" ou



“suspensão”; que a severidade atual do chamado seja “não crítica”; e que a prorrogação seja comunicada à CONTRATADA.

6.6.12. Mudança de estado

- a) A mudança de estado de um chamado somente pode ser realizada pelo BNDES;
- b) A CONTRATADA pode solicitar a mudança de estado de um chamado a qualquer momento;

6.6.12.b.1. A solicitação deve conter as seguintes informações:

- 6.6.12.b.1.1. Número de identificação do chamado;
- 6.6.12.b.1.2. Descrição do chamado;
- 6.6.12.b.1.3. Justificativa;
- 6.6.12.b.1.4. Caso a solicitação seja para mudar o estado para fechado, a solicitação também deve conter as seguintes informações a respeito do chamado:
  - 6.6.12.b.1.4.1. Número de identificação do chamado;
  - 6.6.12.b.1.4.2. Momento de abertura (data e hora);
  - 6.6.12.b.1.4.3. Nome do solicitante;
  - 6.6.12.b.1.4.4. Descrição do chamado;
  - 6.6.12.b.1.4.5. Severidade inicial;
  - 6.6.12.b.1.4.6. Relação de agendamentos, caso tenham sido definidos, com suas respectivas datas e horários;
  - 6.6.12.b.1.4.7. Relação de reclassificações de severidade, caso existam, com suas respectivas datas e horários;
  - 6.6.12.b.1.4.8. Relação de mudanças de estado, caso existam, com suas respectivas datas e horários;
  - 6.6.12.b.1.4.9. Relação de prorrogações, caso existam, com seus respectivos períodos;
  - 6.6.12.b.1.4.10. Relação de atendimentos, contendo para cada um dos atendimentos: início de atendimento (data e hora), fim de atendimento (data e hora), descrição resumida das atividades realizadas e profissionais que participaram;
  - 6.6.12.b.1.4.11. Resumo do que foi realizado para cumprir plenamente a solicitação do chamado;
  - 6.6.12.b.1.4.12. Alterações realizadas nos sistemas, equipamentos e ambientes do datacenter;
  - 6.6.12.b.1.4.13. O BNDES poderá exigir, quando aplicável e desejado, que seja informada a causa-raiz do problema ou evento que levaram a abertura do chamado.
- 6.6.12.b.2. A solicitação de mudança de um chamado para o estado fechado deve ocorrer em até 24 horas após seu último atendimento;
- 6.6.12.b.3. A solicitação deve ocorrer por um dos seguintes meios:
  - 6.6.12.b.3.1. Por e-mail;
    - 6.6.12.b.3.1.1. Fica a critério do BNDES definir, a qualquer momento, um formato de apresentação das informações, que deve ser utilizado nas futuras solicitações por e-mail;
    - 6.6.12.b.3.1.1.1. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer solicitação de mudança de estado enviada pela CONTRATADA que não

respeite as definições de formato previamente realizadas pelo BNDES.

6.6.12.b.3.2. Por registro em software de controle, opcionalmente disponibilizado pelo BNDES.

6.6.12.b.4. O BNDES se reserva o direito de desconsiderar qualquer solicitação de mudança de estado que não respeite as definições dos itens 6.6.12.b.1 ou 6.6.12.b.3.

6.6.12.b.5. A efetiva mudança de estado depende de aprovação do BNDES.

6.6.12.b.5.1. O BNDES não pode negar a aprovação de uma solicitação da CONTRATADA para mudança de estado para fechado, exceto nos casos em que, a critério do BNDES, haja pendência no cumprimento pleno da solicitação do chamado.

c) A mudança de estado de um chamado pode ocorrer a qualquer momento, a critério do BNDES, desde que atenda as seguintes regras:

6.6.12.c.1. O chamado deve estar originalmente em estado "aberto" ou "suspenso";

6.6.12.c.2. Se a mudança de estado for proveniente de uma solicitação da CONTRATADA, o momento efetivo da mudança deverá ser retroativo:

6.6.12.c.2.1. Se a solicitação não for para mudar o estado para fechado, então a efetiva mudança de estado deverá ser retroativa para o momento da solicitação;

6.6.12.c.2.2. Se a solicitação for para mudar o estado para fechado, então a efetiva mudança de estado deverá ser retroativa para o momento do último atendimento do chamado.

6.6.12.c.3. Se a mudança de estado não for proveniente de uma solicitação da CONTRATADA, o momento efetivo da mudança deverá ser o momento efetivo da mudança de estado;

6.6.12.c.4. A mudança deve ser comunicada à CONTRATADA.

#### 6.7. Nota de avaliação mensal (NAM)

6.7.1. A nota de avaliação mensal (NAM) avalia o cumprimento por parte da CONTRATADA de algumas das exigências deste documento de Termo de Referência;

a) Os serviços básicos são parcialmente avaliados através da NAM;

b) Os serviços com pagamento por demanda são parcialmente avaliados através da NAM;

c) O posto de trabalho é parcialmente avaliado através da NAM.

6.7.2. A NAM deve ser calculada pelo BNDES;

6.7.3. O cálculo da NAM deve ter periodicidade mensal e seu período de abrangência deve compreender o período entre o primeiro e o último dia do mês antecedente, desde que tenha havido neste período a prestação dos serviços;

a) O cálculo da NAM deve compreender, para o mês de início da prestação dos serviços, o período entre o início da prestação dos serviços e o último dia do mês;

b) O cálculo da NAM deve compreender, para o último mês de vigência do contrato, o período entre o primeiro dia do mês e a data de vencimento do contrato.

6.7.4. O valor da NAM pode variar entre 0 (zero) e 10 (dez) e deve ser calculado da seguinte maneira:

- a) Identificar todos os casos de não cumprimento das exigências listadas na coluna "Exigência" da tabela do item 6.7.5, identificados dentro do período de abrangência da NAM e referentes a serviços básicos e a serviços com pagamento por demanda;
- b) Realizar o somatório dos pontos de desconto correspondentes a cada caso de não cumprimento;
- c) Caso o somatório dos pontos de desconto seja maior ou igual a 10 (dez), a NAM será 0 (zero);
- d) Caso o somatório dos pontos de desconto seja menor que 10 (dez), então a NAM será o resultado da seguinte fórmula:  $10 - (\text{somatório de pontos de desconto})$ .

**6.7.5. Tabela de exigências**

Item	Exigência	Pontos de desconto
1	O posto deve estar presente 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme item 6.4.2	0,5 pontos para cada não cumprimento e adicional de 0,5 ponto para cada hora completa de ausência.
2	Comunicar previamente o BNDES sobre alteração na relação de residentes, conforme item 6.4.7.d)	0,2 ponto para cada não cumprimento.
3	Não exceder o limite máximo de 3 (três) substituições temporárias na relação de residentes em cada mês, conforme item 6.4.7.d)	1 ponto para cada substituição que exceder o máximo definido.
4	Disponibilização de serviço de atendimento telefônico, conforme item 6.6.4.a)	0,5 ponto para cada tentativa de se entrar em contato com o serviço sem que se resulte em um atendimento telefônico. Tentativas consecutivas dentro de um período de 10 minutos serão contabilizadas apenas uma vez.
5	Fornecimento de número de identificação durante abertura de chamado, conforme item 6.6.4.e)	0,2 ponto para cada não cumprimento.
6	Confirmação de abertura do chamado através de notificação por e-mail, conforme item 6.6.4.f.1	0,2 ponto para cada não cumprimento.
7	Confirmação de registro de agendamentos através de notificação por e-mail,	0,2 ponto para cada não cumprimento.

	conforme item 6.6.5.d.1	
8	Cumprimento ao procedimento interno para prestação de serviço, conforme item 6.6.6.f)	0,2 ponto para cada não cumprimento.
9	Seguir procedimento em caso de identificação de problema no datacenter, conforme item 6.6.6.g)	0,2 pontos para cada não cumprimento.
10	Realização de atendimento em agendamentos, conforme item 6.6.5.d.2.  Considerar apenas chamados referentes a serviços básicos.	Para chamados de severidade não crítica: 0,25 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,25 ponto para cada hora completa de atraso;  Para chamados de severidade baixa: 0,5 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,25 ponto para cada hora completa de atraso.
11	Respeitar o momento limite para início de atendimento para cada chamado aberto, conforme item 6.6.9.c).  Este item somente se aplica a chamados referentes a serviços básicos.	Para chamados de severidade não crítica: 0,1 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,008 ponto para cada hora completa de atraso;  Para chamados de severidade baixa: 0,2 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,02 ponto para cada hora completa de atraso;  Para chamados de severidade média: 0,5 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,1 ponto para cada hora completa de atraso;  Para chamados de severidade alta: 1 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,5 ponto para cada hora completa de atraso;  Para chamados de severidade grave: 3 pontos para cada não cumprimento e adicional de 1 pontos para cada período de 30 minutos completo de atraso. O total de pontos desta falha está limitado a 10. Se for superior a 10, a CONTRATADA estará sujeita também a aplicação das penalidades previstas no item 13.

12	<p>Respeitar o momento limite para fechamento de chamado para cada chamado aberto, conforme item 6.6.10.c).</p> <p>Este item somente se aplica a chamados referentes a serviços básicos.</p>	<p>Para chamados de severidade não crítica: 0,1 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,008 ponto para cada hora completa de atraso;</p> <p>Para chamados de severidade baixa: 0,2 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,02 ponto para cada hora completa de atraso;</p> <p>Para chamados de severidade média: 0,5 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,1 ponto para cada hora completa de atraso;</p> <p>Para chamados de severidade alta: 1 ponto para cada não cumprimento e adicional de 0,5 ponto para cada hora completa de atraso;</p> <p>Para chamados de severidade grave: 3 pontos para cada não cumprimento e adicional de 1 pontos para cada hora completa de atraso. O total de pontos desta falha está limitado a 10. Se for superior a 10, a CONTRATADA estará sujeita também a aplicação das penalidades previstas no item 13.</p>
13	<p>Solicitação de mudança de um chamado para o estado fechado deve ocorrer em até 24 horas após seu último atendimento, conforme item 6.6.12.b.2</p>	<p>0,2 ponto para cada não cumprimento.</p>
14	<p>Relatório mensal de prestação de serviços deve ser enviado ao BNDES por e-mail até o 5º dia útil, conforme item 6.8.4.</p>	<p>0,2 ponto para cada não cumprimento.</p>
15	<p>O preposto do contrato deve entregar na reunião, impresso, o "Relatório mensal de prestação de serviços", conforme item 6.9.4.d).</p>	<p>0,2 ponto para cada não cumprimento.</p>



- 6.7.6. Caso um descumprimento de qualquer exigência da tabela do item 6.7.5 perdue pelo mês subsequente, este descumprimento resultará em novos descontos na NAM subsequente.
- 6.8. Relatório mensal de prestação de serviços
- 6.8.1. A CONTRATADA deve elaborar um relatório, denominado "Relatório Mensal de Prestação de Serviços", contendo um resumo das informações sobre os chamados e os serviços prestados;
- 6.8.2. O relatório deve ter periodicidade mensal, compreendendo o período entre o primeiro e o último dia do mês antecedente, desde que tenha havido neste período a prestação dos serviços;
- a) O relatório deve compreender, para o mês de início da prestação dos serviços, o período entre o início da prestação dos serviços e o último dia do mês;
- b) O relatório deve compreender, para o último mês de vigência do contrato, o período entre o primeiro dia do mês e a data de vencimento do contrato.
- 6.8.3. O relatório deve conter, no mínimo:
- a) Descrição e número do contrato;
- b) Data de emissão do relatório;
- c) Período de abrangência;
- d) Relação de chamados;
- 6.8.3.d.1. A relação deve conter os seguintes chamados, ordenados pelo número de identificação:
- 6.8.3.d.1.1. Chamados que, no início do período de abrangência, estavam no estado "aberto" ou no estado "suspenso";
- 6.8.3.d.1.2. Chamados abertos dentro do período de abrangência;
- 6.8.3.d.2. Para cada chamado, as seguintes informações devem estar presentes, no estado em que se encontravam no final do período de abrangência:
- 6.8.3.d.2.1. Número de identificação;
- 6.8.3.d.2.2. Momento de abertura;
- 6.8.3.d.2.3. Descrição;
- 6.8.3.d.2.4. Severidade inicial;
- 6.8.3.d.2.5. Relação de agendamentos, caso tenham sido definidos, com suas respectivas datas e horários;
- 6.8.3.d.2.6. Relação de reclassificações de severidade e de mudanças de estado, caso existam, com suas respectivas datas e horários;
- 6.8.3.d.2.7. Relação de atendimentos, contendo para cada um dos atendimentos: início de atendimento e fim de atendimento;
- 6.8.3.d.2.8. Resumo do que foi realizado até o fim do período de abrangência.
- e) Indicação se há necessidade de se remover algum profissional da relação de profissionais habilitados para execução dos serviços, descrita no item 6.3.3;
- f) Assinatura do responsável técnico.
- 6.8.4. O relatório deve ser enviado ao BNDES por e-mail até o 5º dia útil do mês subsequente ao do período de referência, exceto no caso do último mês de vigência do contrato, quando o relatório deve ser enviado até 3 (três) dias úteis após o término do contrato.
- 6.9. Reunião de acompanhamento

- 6.9.1. As reuniões de acompanhamento têm o objetivo de prover uma comunicação dinâmica entre o BNDES e a CONTRATADA;
- 6.9.2. As reuniões de acompanhamento devem ter a presença do gestor do contrato e do preposto do contrato;
- 6.9.3. As reuniões de acompanhamento devem contemplar a apresentação, por parte da CONTRATADA, de informações sobre o andamento dos serviços relacionados ao contrato e da comprovação de atendimento aos requisitos contratuais;
- 6.9.4. Devem ser realizadas reuniões de acompanhamento mensalmente, denominadas "reuniões de acompanhamento ordinárias";
- a) As reuniões devem ocorrer entre o 6º e o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, exceto no caso do último mês de vigência do contrato, onde a reunião deverá ocorrer em até 7 (sete) dias úteis após o término do contrato;
- b) A data da reunião deve ser proposta pelo BNDES;
- c) A CONTRATADA pode solicitar alteração da data da reunião;
- 6.9.4.c.1. A solicitação deve incluir justificativa e deve ocorrer com antecedência de pelo menos 1 (um) dia útil em relação à data previamente definida;
- 6.9.4.c.2. A efetiva alteração da data da reunião depende de aprovação do BNDES.
- d) O preposto do contrato deve entregar na reunião, impresso e por ele assinado, em via original, o "Relatório mensal de prestação de serviços" correspondente, rubricando todas as páginas;
- 6.9.5. O gestor do contrato pode agendar, a qualquer momento que julgar necessário, uma reunião de acompanhamento extraordinária;
- a) O agendamento deve ser comunicado à CONTRATADA;
- b) A CONTRATADA pode solicitar alteração da data da reunião;
- 6.9.5.b.1. A solicitação deve incluir justificativa e deve ocorrer com antecedência de pelo menos 1 (um) dia útil em relação à data previamente definida;
- 6.9.5.b.2. A efetiva alteração da data da reunião depende de aprovação do BNDES.

## 7. AJUSTES DE PAGAMENTO

### 7.1. Ajuste de pagamento dos serviços básicos

- 7.1.1. A cada mês, a CONTRATADA deve converter a Nota de Avaliação Mensal (NAM) referente ao mês anterior em um ajuste de pagamento, conforme tabela a seguir:

Faixas da NAM	Ajuste de pagamento
$NAM \geq 9,5$	Sem ajuste de pagamento.
$9,0 \leq NAM < 9,5$	Sem ajuste de pagamento.
$8,5 \leq NAM < 9,0$	Desconto financeiro de 2%.
$8,0 \leq NAM < 8,5$	Desconto financeiro de 4%.
$7,5 \leq NAM < 8,0$	Desconto financeiro de 6%.
$7,0 \leq NAM < 7,5$	Desconto financeiro de 8%.
$6,5 \leq NAM < 7,0$	Desconto financeiro de 10%.

6,0 <= NAM < 6,5	Desconto financeiro de 12%.
5,5 <= NAM < 6,0	Desconto financeiro de 14%.
5,0 <= NAM < 5,5	Desconto financeiro de 16%.
NAM < 5	Desconto financeiro de 20% caso a NAM anterior não seja menor que 5,0 ou caso não haja NAM anterior; Desconto financeiro de 30% caso a NAM anterior seja menor que 5,0.

- a) A CONTRATADA deve então aplicar o ajuste de pagamento no valor do documento fiscal correspondente ao pagamento dos serviços básicos referentes ao mês anterior.

#### 7.2. Ajuste de pagamento do posto de trabalho

7.2.1. A cada mês, o BNDES deve comunicar a CONTRATADA, na reunião de acompanhamento mensal ordinária, se houve falha na manutenção da presença do posto de trabalho no mês anterior, conforme definido no item 6.4.2;

7.2.2. A CONTRATADA deve então aplicar o ajuste de pagamento no valor do documento fiscal correspondente ao pagamento do posto de trabalho referente ao mês anterior;

- a) O valor de ajuste será proporcional ao que seria pago pela permanência do posto de trabalho no período de ausência;
- b) O ajuste a que se refere esse item não isenta a CONTRATADA do desconto de pontuação na nota de avaliação mensal (NAM) e das demais penalidades aplicáveis.

#### 7.3. Ajuste de pagamento dos serviços com pagamento por demanda

7.3.1. O BNDES deverá emitir um termo de recebimento definitivo para cada chamado de serviço com pagamento por demanda;

- a) O termo deve ser emitido em até 30 (trinta) dias corridos, contados após o fechamento do chamado;

7.3.2. O termo deve incluir a avaliação do cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências descritas neste documento de Termo de Referência.

7.3.3. Caso haja falha no cumprimento das exigências descritas na tabela a seguir, o termo deve considerar um ajuste de pagamento de acordo com os descontos das respectivas exigências:

Item	Exigência	Desconto financeiro
1	Realização de atendimento em agendamentos, conforme item 6.6.5.d.2.	0,5% para cada hora completa de atraso.
2	Respeitar o momento limite para início de atendimento para cada chamado aberto, conforme item 6.6.9.c).	0,5% para cada hora completa de atraso.
3	Respeitar o momento limite para fechamento de chamado para cada chamado aberto, conforme item 6.6.10.c)	0,5% para cada hora completa de atraso.

- 7.3.4. O somatório dos descontos financeiros aplicados a um mesmo serviço com pagamento por demanda estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor do serviço em questão.
- 7.3.5. Caso os descontos financeiros aplicados superem o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido no item anterior, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades previstas no item 13.

## **8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos técnicos residentes designados para a prestação de serviço, observando, especialmente, as seguintes obrigações:

- 8.1.1 pagar os salários e demais verbas passadas diretamente ao trabalhador, por depósito na conta bancária do empregado aberta pela **CONTRATADA** para esse fim, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, no prazo estabelecido pelo Gestor do Contrato;
- 8.1.2 observar as obrigações previstas na convenção, acordo coletivo, acórdão normativo ou na legislação incidente aplicável à categoria profissional do empregado, inclusive no que diz respeito a pisos salariais;
- 8.1.3 cumprir as obrigações trabalhistas de acordo com os valores e especificações indicados na planilha de custos e formação de preços contida na Proposta, sempre respeitados os mínimos previstos na norma coletiva aplicável;
- 8.1.4 atender a legislação relativa à segurança e à medicina do trabalho, e em particular as Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e
- 8.1.5 pagar antecipadamente, em parcela única mensal, os insumos referentes a vale-transporte e auxílio-alimentação.

8.2. Devem ser mantidos e atualizados pela CONTRATADA, bem como exibidos por meio de cópias, sempre que solicitadas pelo BNDES, os registros, anotações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tais como:

- 8.2.1. o contrato de trabalho, o regulamento interno da empresa, se houver, o acordo ou a convenção coletiva de trabalho, ou ainda, o acórdão normativo, se for o caso, relativos à categoria profissional do empregado;
- 8.2.2. o registro do empregado e Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 8.2.3. o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização das avaliações médicas (admissional, periódica, demissional e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função) e exames complementares determinados pelo médico do trabalho;
- 8.2.4. documento comprobatório do cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;
- 8.2.5. documento comprobatório do pagamento das contribuições previdenciárias dos empregados e do empregador;
- 8.2.6. cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, ou documento comprobatório do registro eletrônico de ponto, nos quais constem as horas trabalhadas normais e extraordinárias, se for o caso;

- 8.2.7. recibo de concessão de aviso de férias, a ser dado 30 (trinta) dias antes do respectivo gozo;
- 8.2.8. documento comprobatório de depósito bancário na conta do trabalhador referente ao pagamento dos salários mensais e adicionais aplicáveis, férias acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário (primeira e segunda parcelas);
- 8.2.9. documento comprobatório de pagamento do salário-família, caso devido, por depósito bancário na conta do trabalhador, aberta nos termos do item 8.1.1
- 8.2.10. documento comprobatório de opção e fornecimento de vale-transporte, quando for o caso;
- 8.2.11. documento comprobatório de fornecimento de auxílio-alimentação;
- 8.2.12. documento comprobatório de recolhimento das contribuições devidas aos sindicatos;
- 8.2.13. documento comprobatório de entrega e do conteúdo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- 8.2.14. documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;
- 8.2.15. documento comprobatório do recolhimento dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas do empregado;
- 8.2.16. documento comprobatório da entrega e do conteúdo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); e
- 8.3. em caso de demissão ou rescisão de contrato de trabalho, os seguintes documentos:
  - 8.3.1. termos que cuidem da demissão ou rescisão do contrato, sua respectiva homologação e quitação de verbas rescisórias, na forma da legislação;
  - 8.3.2. documento comprobatório da concessão de aviso prévio pelo empregador ou pelo empregado;
  - 8.3.3. documento comprobatório da entrega dos documentos necessários à obtenção de seguro-desemprego pelo empregado, nas hipóteses em que o mesmo faça jus ao benefício;
  - 8.3.4. guia de recolhimento do FGTS e das contribuições sociais devidas; e
  - 8.3.5. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.
- 8.4. Fica estabelecido que a CONTRATADA é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como único e exclusivo empregador dos profissionais alocados na prestação de serviço, sendo o responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, cabendo-lhe reembolsar o BNDES ou suas subsidiárias de todas as despesas que estes tiverem, inclusive custas, emolumentos e honorários advocatícios, resultantes de sua condenação judicial a honrar obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou ainda a pagar indenizações decorrentes das relações de trabalho.

## 9. VIGÊNCIA



- 9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, cabendo prorrogação até o limite de 24 meses, podendo ser rescindido a qualquer momento pelo BNDES, observadas as seguintes condições:
- 9.1.1. Se a comunicação de rescisão do contrato ocorrer antes da solicitação para início da prestação dos serviços, o contrato deverá ser considerado rescindido na data do recebimento pela Contratada da referida comunicação;
- 9.1.2. Se a comunicação de rescisão do contrato ocorrer depois de iniciada a execução do serviço pela contratada, deverá ser considerado rescindido o contrato em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela Contratada da referida comunicação.

## **10. INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 10.1. Após a assinatura do contrato, o BNDES poderá solicitar o início da prestação dos serviços a qualquer tempo;
- 10.1.1. A solicitação deve ser realizada dentro da vigência do contrato;
- 10.1.2. A solicitação deverá conter data e horário em que a prestação dos serviços deve se iniciar;
- a) A data e o horário definidos na solicitação devem estar dentro do período de vigência do contrato;
- 10.1.3. A solicitação deve ser realizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos em relação à data de início solicitada.
- 10.2. A CONTRATADA deve iniciar a prestação dos serviços na data e horário definidos na solicitação de início da prestação dos serviços;
- 10.2.1. Para iniciar a prestação dos serviços a CONTRATADA deve apresentar até a data e horário definidos para início da prestação dos serviços:
- a) Definição do responsável técnico, conforme item 6.2.1.b);
- b) Relação da equipe técnica definida para atendimento ao Contrato, conforme item 6.3.4 em conjunto com a respectiva documentação prevista no item 6.3.3.
- 10.3. A CONTRATADA deve iniciar a prestação do posto de trabalho na data e horário definidos na solicitação de início da prestação dos serviços;
- 10.3.1. Para iniciar a prestação do posto de trabalho, a CONTRATADA deve, previamente:
- a) Obter a validação da qualificação de pelo menos 4 (quatro) profissionais, conforme definido no item 6.4.7;
- b) Após a validação, apresentar uma relação de residentes, conforme definido no item 6.4.7.
- 10.3.2. Caso haja atraso no início da prestação do posto de trabalho:
- a) Não será realizado o pagamento do posto de trabalho correspondente ao período em que não houve a prestação efetiva;
- b) A CONTRATADA não estará isenta de desconto de pontuação da NAM, conforme descrito no item 6.7, e das demais penalidade aplicáveis.

## **11. SUSTENTABILIDADE**

- 11.1. Os serviços previstos neste Termo de Referência deverão ser executados respeitando-se a legislação ambiental vigente e o Manual de Obras do Edserj, quando aplicável.
- 11.2. O Manual de Obras do Edserj será fornecido para a CONTRATADA após assinatura do Contrato e poderá ser consultado durante a vistoria.
- 11.3. A CONTRATADA é responsável pela remoção e o descarte adequado de materiais, equipamentos inservíveis, entulhos e quaisquer outras sobras provenientes das suas atividades gerados durante a execução dos serviços

contratados, exceto materiais e equipamentos explicitamente descritos como de propriedade do BNDES.

- 11.4. Sempre que o Manual de Obras do Edserj for omissivo quanto a gestão de determinado resíduo sólido a CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- 11.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 11.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 11.4.3. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.4.4. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.4.5. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.4.6. resíduos Classe D (aqueles considerados perigosos e capazes de causar riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, se gerenciados de forma inadequada): deverão ser encaminhados para Áreas de Transbordo e Triagem (ATTs) ou destinados a aterros industriais licenciados para receber produtos deste tipo.

## **12. PAGAMENTO**

### **12.1. Condições gerais**

- 12.1.1. Os pagamentos efetuados pelo BNDES à CONTRATADA incluirão todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do contrato;
- 12.1.2. Os pagamentos somente serão realizados mediante o ateste dos respectivos documentos fiscais (nota fiscal, fatura, ou documento equivalente) pelo gestor do contrato;
- 12.1.3. Para toda efetivação de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do BNDES no Rio de Janeiro — EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10:00 e 18:00 horas, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data de seu vencimento para ambas as formas, devendo ser indicado o número do Contrato.

- 12.1.4. Todas as faturas serão analisadas pelo BNDES, cabendo à Contratada, caso sejam encontradas divergências, emitir novas faturas com valor correto ou comprovar a correção dos valores contestados;
- 12.1.5. Qualquer pagamento somente poderá ser realizado mediante atendimento expresso das condições de prestação dos serviços, estipuladas no contrato e em seus anexos;
- 12.1.6. No caso de notas fiscais ou faturas que cheguem ao BNDES vencidas ou com prazo de pagamento inferior a 10 (dez) dias úteis, a Contratada deverá emitir novo documento de cobrança com nova data para pagamento, respeitando o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a data do recebimento pelo BNDES e a nova data de pagamento ou, alternativamente, emitir documento que prorogue a data de pagamento da fatura anteriormente enviada.
- 12.2. Pagamento dos serviços básicos e posto de trabalho
- 12.2.1. O pagamento dos serviços básicos e posto de trabalho será realizado mensalmente, independente da quantidade de chamados realizados no mês de referência;
- 12.2.2. Para os pagamentos mensais pelos serviços básicos e posto de trabalho, a CONTRATADA deverá:
- a) Aguardar a realização da reunião de acompanhamento ordinária;
  - b) Entregar o "Relatório Mensal de Prestação de Serviços";
  - c) Aguardar o cálculo da "Nota de Avaliação Mensal" (NAM) por parte do BNDES;
  - d) Emitir o documento fiscal a partir do 10º dia útil do mês subsequente ao de prestação dos serviços;
- 12.2.2.d.1. Caso haja ajuste de pagamento, conforme descrito nos itens 7.1 e 7.2, o valor do documento fiscal deve estar adequado aos ajustes de pagamento definidos.
- 12.2.2.d.2. O documento fiscal deve ser acompanhado de:
- 12.2.2.d.2.1. Cópia do respectivo "Relatório Mensal de Prestação de Serviços";
  - 12.2.2.d.2.2. Cópia do respectivo documento de "Nota de Avaliação Mensal" (NAM), emitido pelo BNDES.
- 12.3. Pagamento dos serviços com pagamento por demanda
- 12.3.1. Os pagamentos pelos serviços ocorrerão especificamente, uma única vez para cada solicitação;
- 12.3.2. Somente haverá pagamento se o serviço for realizado por completo e se houver utilização por parte do BNDES;
- 12.3.3. Para o serviço de treinamento de profissionais, o pagamento será realizado em valor proporcional a quantidade de pessoas que efetivamente participou do treinamento;
- 12.3.4. Para o pagamento por um serviço com pagamento por demanda, a CONTRATADA deverá:
- a) Aguardar a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
  - b) Emitir o documento fiscal relativo ao serviço;
- 12.3.4.b.1. Caso haja ajuste de pagamento, conforme descrito no item 7.3, o valor do documento fiscal deve estar adequado ao ajuste de pagamento definido;
- 12.3.4.b.1.1. O documento fiscal deve ser acompanhado de cópia do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

### 13. PENALIDADES

- 13.1. Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações contratuais e/ou legais, a CONTRATADA ficará sujeita à:
- 13.1.1. Advertência;

- 13.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- a) Caso a CONTRATADA não respeite o momento limite para início de atendimento, conforme descrito no item 6.6.9.c), de um chamado de severidade grave, com perda de pontos superior a 10, conforme item 11 da tabela do item 6.7.5, estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - b) Caso a CONTRATADA não respeite o momento limite para fechamento de chamado, definido no item 6.6.10.c), de um chamado de severidade grave, com perda de pontos superior a 10, conforme item 12 da tabela do item 6.7.5, estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - c) Caso a CONTRATADA exceda o limite de substituições não temporárias, definido no item 6.4.7.d.4.2, estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - d) Caso a CONTRATADA não conclua um chamado correspondente a um serviço com pagamento por demanda, que já tenha alcançado o limite de seu ajuste de pagamento, descrito no item 7.3.4, esta estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - e) O valor total de multas aplicadas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato.
- 13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, pelo prazo previsto na legislação, apurado em razão da natureza e da gravidade da infração cometida;

#### **14. REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

- 14.1. Para os custos relativos ao posto de trabalho, será facultado à futura Contratada pleitear a repactuação do Contrato, após 12 (doze) meses da data da apresentação da respectiva proposta, ou do orçamento a que a proposta se referir, desde que comprove a variação de custos ocorrida e a mesma seja devidamente justificada;
- 14.2. Para os custos relativos aos serviços que integram o objeto, o Contrato poderá ser reajustado anualmente, como forma de compensação dos efeitos das variações dos custos, decorridos 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da respectiva proposta, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. O índice de reajuste do preço contratado para esses serviços será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

#### **15. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 15.1. Vistoria
- 15.1.1. Cada empresa licitante deve realizar, obrigatoriamente, vistoria do datacenter do BNDES;
- a) A empresa deve designar um empregado para atuar como seu representante;
  - b) O representante pode estar acompanhado de outras pessoas auxiliares.
- 15.1.2. O representante deve solicitar um agendamento ao BNDES através do e-mail [licitacoes.infra@bndes.gov.br](mailto:licitacoes.infra@bndes.gov.br);
- a) A solicitação de agendamento deve ocorrer com antecedência mínima de 12 (doze) horas;
  - b) O horário da solicitação deve ser entre 10:00 e 18:00;
  - c) A solicitação de agendamento deve conter:



- 15.1.2.c.1. Os dados de identificação da empresa licitante;
- 15.1.2.c.2. Os dados de identificação de seu empregado representante;
- 15.1.2.c.3. Os dados de identificação dos auxiliares.
- d) O efetivo agendamento depende de disponibilidade por parte dos empregados do BNDES.
- 15.1.3. A vistoria deve ser realizada até o dia anterior à data da sessão pública inaugural;
- 15.1.4. A vistoria deve ser acompanhada por um empregado do BNDES;
- 15.1.5. Para realizar a vistoria, o representante deve apresentar um Termo de Confidencialidade, anexo ao Edital;
  - a) O termo deve conter os dados de identificação da empresa, do representante e de seus auxiliares;
  - b) O termo deve estar devidamente preenchido e deve ser assinado pelo representante e por seus auxiliares.
- 15.1.6. Na vistoria, o representante e seus auxiliares devem visitar pessoalmente os ambientes do datacenter e devem:
  - a) Observar os sistemas de engenharia e equipamentos do datacenter;
  - b) Observar suas características técnicas;
  - c) Características construtivas do datacenter do BNDES;
  - d) Tipos e modelos de equipamentos que compõem os sistemas elétrico e de climatização do datacenter;
  - e) Espaço disponível para eventual instalação ou substituição de equipamentos;
  - f) Capacidade disponível no sistema elétrico para atender equipamentos eventualmente instalados ou substituídos;
  - g) Distância entre unidades internas e externas do sistema de climatização;
  - h) Demais informações que a licitante entender necessárias para a elaboração do projeto.
- 15.1.6.h.1. A documentação *as built* estará disponível para consulta no local.
  - i) Observar seu estado atual de conservação;
  - j) Informarem-se das condições e do grau de dificuldade para realização dos serviços;
  - k) Efetuar exames e medições que julgarem necessários;
  - l) Sanar todas as eventuais dúvidas necessárias à prestação dos serviços.
- 15.1.7. Após a vistoria, não serão admitidas alegações de desconhecimento a respeito de quaisquer características do datacenter.
- 15.1.8. Após a vistoria, será entregue aos representantes a Declaração de Vistoria, cujo modelo está anexo ao Edital;
  - a) A Declaração de Vistoria deve ser assinada pelo representante da empresa e pelo empregado do BNDES;
  - b) A Declaração de Vistoria deve obrigatoriamente integrar a documentação de proposta na licitação.
  - c) A vistoria obrigatória se justifica uma vez que, por se tratar de um ambiente seguro, algumas das informações necessárias para a correta elaboração da proposta devem ser mantidas em sigilo, visando assegurar o nível de segurança compatível com este ambiente. Dentre as informações protegidas, podemos destacar as plantas do ambiente e os diagramas e esquemas dos sistemas elétrico e de segurança. Assim, de modo a mitigar um potencial comprometimento de segurança devido à publicação de tais



informações na Internet e ao mesmo tempo garantir que a licitante interessada disponha das informações necessárias à adequada elaboração de sua proposta, decidiu-se tornar obrigatória a vistoria ao datacenter do BNDES. Os diagramas e esquemas do datacenter estarão disponíveis para consulta apenas durante a vistoria.

15.2. Proposta de preço

- 15.2.1. A proposta de preço deve ser cotada pelo valor global do objeto licitado, de acordo com Planilha de Preços, anexo ao Edital, conforme as exigências deste documento de Termo de Referência;
- 15.2.2. Nos valores descritos na proposta de preço devem estar incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e quaisquer outros custos necessários à execução do objeto definido no item 1;
- 15.2.3. Para definição dos valores a serem preenchidos na Planilha de Preços, anexo ao Edital, a licitante deve se basear em todas as condições expressas neste documento de Termo de Referência;
- 15.2.4. A Proposta de Preço deve ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$);
- 15.2.5. A Proposta de Preço deve ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da abertura da sessão pública inaugural;
- 15.2.6. Em hipótese alguma a licitante pode alterar o conteúdo da Planilha de Preços, anexo ao Edital, sob pena de ser desclassificada;
- 15.2.7. **O critério de julgamento desta licitação é o menor preço global. O valor global e os valores unitários constantes na planilha a seguir constituem valores máximos aceitos pelo BNDES para esta licitação.**
- 15.2.8. O valor global máximo para essa contratação é de R\$ 2.962.611,41 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e onze reais e quarenta e um centavos). Os valores máximos permitidos para cada um dos itens previstos na Planilha de Preços são:

Objeto / Preço unitário	Valor unitário	Quantidade	Valor estimado por serviço
Serviços básicos	R\$ 125.493,41	12	R\$ 1.505.920,96
Técnico em Eletrotécnica	R\$ 13.783,10	4	R\$ 661.588,68
Treinamento de brigadistas (por pessoa)	R\$ 339,50	60	R\$ 20.370,00
Teste de estanqueidade da sala-cofre	R\$ 6.841,93	4	R\$ 27.367,72
Abertura e fechamento de passagem selada nova na sala-cofre	R\$ 4.180,00	2	R\$ 8.359,99
Teste com banco de carga	R\$ 17.582,33	1	R\$ 17.582,33
Substituição de banco de baterias de no-break	R\$ 156.918,31	2	R\$ 313.836,62
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso na sala-cofre	R\$ 129.259,81	2	R\$ 258.519,61
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso em sala de energia	R\$ 36.296,57	2	R\$ 72.593,15
Emissão de parecer técnico	R\$ 11.107,14	3	R\$ 33.321,41
Instalação de suporte para câmera de vigilância	R\$ 1.438,37	30	R\$ 43.150,95
<b>Valor Global Estimado Máximo</b>	<b>R\$ 2.962.611,41</b>		

15.3. Documentação exigida

15.3.1. Documentação exigida na fase de habilitação;

- a) Certidão de registro ou inscrição da pessoa jurídica licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- b) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, pessoa jurídica, sem ressalvas quanto à qualidade dos serviços prestados, que comprove aptidão da mesma para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste documento de Termo de Referência;

15.3.1.b.1. Para efeito de caracterização de pertinência e compatibilidade, considera-se como relevante a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em um ou mais datacenters ou Centros de Processamento de Dados (CPD), compreendendo simultaneamente ou individualmente os itens de infraestrutura descritos abaixo (15.3.1.b.1.1, 15.3.1.b.1.2, 15.3.1.b.1.3 e 15.3.1.b.1.4):

15.3.1.b.1.1. Sala de computadores com piso elevado apresentando, no mínimo, 96m<sup>2</sup> de área – correspondente a aproximadamente 50% da área da sala-cofre do BNDES;

15.3.1.b.1.2. Sistema de climatização de precisão com capacidade total das salas de computadores com

capacidade de pelo menos 137kW – correspondente a aproximadamente 50% da capacidade do sistema de climatização da sala-cofre do BNDES – e com pelo menos uma unidade do sistema de refrigeração redundante;

15.3.1.b.1.3. Sistema elétrico contendo:

15.3.1.b.1.3.1. Pelo menos 2 unidades de grupos geradores de energia elétrica com motor a diesel, tendo:

15.3.1.b.1.3.1.1. Pelo menos uma unidade de redundância;

15.3.1.b.1.3.1.2. Potência nominal total, excetuando-se as unidades de redundância, de no mínimo 325kVA – correspondente a aproximadamente 50% da potência do datacenter do BNDES.

15.3.1.b.1.3.2. Pelo menos 2 unidades de nobreaks (UPS), tendo:

15.3.1.b.1.3.2.1. Pelo menos uma unidade de redundância;

15.3.1.b.1.3.2.2. Potência elétrica nominal total, excetuando-se as unidades redundantes, de no mínimo 137kVA – correspondente a aproximadamente 50% do datacenter do BNDES.

15.3.1.b.1.4. Sistema de detecção e combate a incêndio.

15.3.1.b.2. O atestado deve indicar que a contratada prestou o serviço pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

15.3.1.b.3. Não será aceito somatório de atestados para a comprovação de capacidade referente a um mesmo item de infraestrutura ou serviço.

15.3.2. Documentos para aceitação da proposta

- a) Proposta de preços, conforme modelo anexo ao Edital;
- b) Planilha de Composição de Custos de Mão-de-obra, anexo ao Edital;
- c) Acordo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos previstos pela Súmula nº 444 do TST, autorizativo da jornada 12x36 referente aos trabalhadores que a desempenharão.
- d) Declaração de Vistoria, conforme modelo anexo ao Edital.

15.4. Garantia contratual

15.4.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor Global do contrato, na modalidade que vier a escolher, dentre as previstas no §1º do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO, prorrogáveis por igual período a critério do BNDES;

15.4.2. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA e desde que não haja pendências para com o BNDES.

CONTRATO OCS 440/2017  
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA



ANEXO II - PROPOSTA  
PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 55/17 - BNDES

DADOS LICITANTE

LICITANTE: RCS TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 08.220.952/0001-22

ENDEREÇO: GLSW 303 BLOCO B SALA 38/40 2º PAV. EDIFÍCIO RHODES CENTER III - SUDOESTE - BRASÍLIA - DF CEP: 70673-622

TELEFONE: (61) 3341-3889//3344-5242

E-MAIL: Rcstecnologia@rcstecnologia.com.br; comercial@rcstecnologia.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO DA COSTA SILVA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ESTADO CIVIL: CASADO

PROFISSÃO: ENGENHEIRO CIVIL

FUNÇÃO NA SOCIEDADE: SÓCIO DIRETOR

RG: 1.844.668 SSP/DF

CPF: 871.384.251-04

ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL (MATRIZ):

RAZÃO SOCIAL: RCS TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 08.220.952/0001-22

ENDEREÇO: GLSW 303 BLOCO B SALA 38/40 2º PAV. EDIFÍCIO RHODES CENTER III - SUDOESTE - BRASÍLIA - DF CEP: 70673-622

TELEFONE: (61) 3341-3889//3344-5242

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO: Contratação de serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, para o datacenter do BNDES, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Serviços básicos				
Serviço		Valor unitário mensal (A)	Valor total (B = A x 12 meses)	
Serviços básicos		R\$ 77.798,84	R\$ 933.586,08	
Posto de trabalho				
Perfil de posto de trabalho	Quantidade de profissionais (C)	Valor unitário mensal do perfil por profissional (D)	Valor mensal de todos os profissionais do perfil (E = C x D)	Valor total do posto (F = E x 12 meses)
Técnico em eletrotécnica	4	R\$ 13.551,30	R\$ 54.205,20	R\$ 650.462,40

Serviços com pagamento por demanda			
Descrição	Quantidade Máxima (G)	Valor unitário (R)	Valor máximo do serviço (G x H)
Treinamento de brigadistas (por pessoa)	60	R\$ 339,48	R\$ 20.368,80
Teste de estanqueidade da sala-cofre	4	R\$ 6.841,62	R\$ 27.366,48
Abertura e fechamento de passagem selada nova na sala-cofre	2	R\$ 2.499,80	R\$ 4.999,60
Teste com banco de carga	1	R\$ 9.076,13	R\$ 9.076,13
Substituição de banco de baterias de no-break	2	R\$ 65.516,93	R\$ 131.033,86
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso na sala-cofre	2	R\$ 53.836,02	R\$ 107.672,04
Reposição de gás FM-200 em cilindro de uso em sala de energia	2	R\$ 14.517,98	R\$ 29.035,96
Emissão de parecer técnico	3	R\$ 3.199,85	R\$ 9.599,55
Instalação de suporte para câmera de vigilância	30	R\$ 559,97	R\$ 16.799,10
Somatório dos valores máximos dos serviços com pagamento por demanda (I)			R\$ 355.951,52
Valor global da proposta (R + F + I)		R\$	1.940.000,00
Valor global da proposta por extenso: Num milhão novecentos e quarenta mil reais			

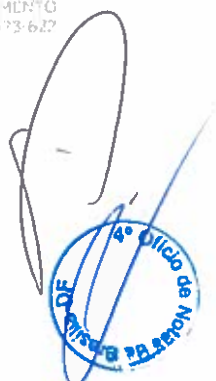
Brasília- DF, 29 de agosto de 2017

RCS TECNOLOGIA LTDA  
 RODRIGO DA COSTA SILVA  
 SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL  
 CREA 16327/D-DF  
 RG 1.844.668 SSP/DF  
 CPF: 871.384.251-04

RCS TECNOLOGIA LTDA  
 Rodrigo da Costa Silva  
 Eng. Civil - CREA 16327/D-DF  
 Sócio-Diretor

## DADOS DA EMPRESA

Nome da proponente	RCS TECNOLOGIA LTDA		
CNPJ (MF) nº:	08.220.952/0001-22		
Inscrição Estadual nº:	07.478.192/001-24		
Endereço:	CLSW 303 BL B SALA 38/40 - 2º PAVIMENTO - EDIFÍCIO RHODES CENTER III - SUDOESTE		
Cidade:	BRASILIA	UF: DF	CEP: 70673-622
Telefone:	61-3341-3889	Fax:	61-3344-5242
Banco:	CAIXA	Agência:	2407 Conta Corrente: 600-1
E-MAIL:	Rcstecnologia@rcstecnologia.com.br; comercial@rcstecnologia.com.br		
Prazo de execução dos serviços	Conforme Edital		





DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:	Rodrigo da Costa Silva		
CPF:	871.384.251-04	Cargo/Função:	Sócio Diretor
Carteira de Identidade:	1.844.668	Expedido por:	SSP-DF
Nacionalidade	BRASILEIRO	Estado Civil	CASADO
Telefone:	61-3344-5242	Pac-símile:	61-3341-3889
Endereço Eletrônico:	rodrigo@rcstecnologia.com.br; comercial@rcstecnologia.com.br		

Brasília- DF, 29 de agosto de 2017

RCS TECNOLOGIA LTDA  
RODRIGO DA COSTA SILVA  
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL  
CREA 16327/D-DF  
RG 1.844.668 SSP/DF  
CPF: 871.384.251-04

RCS TECNOLOGIA LTDA  
Rodrigo da Costa Silva  
Eng. Civil - CREA 16327/D-DF  
Sócio-Diretor

O Licitante RCS TECNOLOGIA LTDA declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo R\$ 1.940.000,00 (HUM MILHÃO NOVECENTOS E QUARENTA MIL REAIS), observados os valores unitários cotados na planilha acima.  
Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto.

Por fim, o Licitante RCS TECNOLOGIA LTDA informa que a validade da presente Proposta é de 60 (SESSENTA) dias.

Brasília- DF, 29 de agosto de 2017

RCS TECNOLOGIA LTDA  
RODRIGO DA COSTA SILVA  
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL  
CREA 16327/D-DF  
RG 1.844.668 SSP/DF  
CPF: 871.384.251-04

RCS TECNOLOGIA LTDA  
Rodrigo da Costa Silva  
Eng. Civil - CREA 16327/D-DF  
Sócio-Diretor



**CONTRATO OCS 440/2017**  
**ANEXO III – MATRIZ DE RISCO**

<b>Categoria do Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>	<b>Alocação do Risco</b>
<b>Risco atinente ao Tempo da Execução</b>	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES
<b>Risco da Atividade Empresarial</b>	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Repactuação anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado

<b>Riscos Trabalhista e Previdenciário</b>	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
<b>Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).</b>	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado

CONTRATO OCS 440/2017

**ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA  
REPRESENTANTE LEGAL**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**

RCS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 08.220.952/0001-22, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº / - SRM , celebrado em / / ), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- 4 Listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- 5 Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- 6 Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

Maria Amélia P. Pacheco  
Advogada



7 Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### **Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### **CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### **Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### **CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

### **CLÁUSULA SEXTA**

**BNDES**  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
Rua A. Carlos P. Pacheco  
Rio de Janeiro

*[Assinatura]*  
4º Oficial



O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº / .

De Acordo,

Brasília - DF 20 / setembro 2017.

**REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO DA COSTA SILVA**

**NACIONALIDADE: BRASILEIRA**

**ESTADO CIVIL: CASADO**

**PROFISSÃO: ENGENHEIRO CIVIL**

**FUNÇÃO NA SOCIEDADE: SÓCIO DIRETOR**

**RG: 1.844.668 SSP/DF**

**CPF: 871.384.251-04**

**BNDES**  
Maria Amélia P. Pereira  
Advogada  
Obrigações de Notar e Cartório

**CONTRATO OCS \_\_\_\_/2017**  
**ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA**  
**PROFISSIONAIS**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS**

\_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SRM \_\_\_\_), celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº      /     .

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

##### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº      /     , a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

#### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº      /     , para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

##### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

#### CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

#### CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº     /     , e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Profissionais da Equipe:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função:

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail:

\_\_\_\_\_

Documento de Identidade (número, data, emissor):

\_\_\_\_\_

CONTRATO OCS 440/2017  
ANEXO VI - MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA  
SUBCONTRATAÇÃO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA SUBCONTRATAÇÃO

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade \_\_\_\_\_ para a prestação de parcela dos serviços do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (SRM \_\_\_\_\_) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;



IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº      /     .

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### **Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº      /     , a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### **CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº      /     , para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### **Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº      /     , a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### **CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade \_\_\_\_\_ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal do Subcontratado:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função:

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail:

\_\_\_\_\_

Documento de Identidade (número, data, emissor):

\_\_\_\_\_



CONTRATO OCS 440/2017  
ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA  
REPRESENTANTE LEGAL

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SRM \_\_\_\_), celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº      /     .

### CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº      /     , a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº      /     , para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº      /     , a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.



#### CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

#### CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

De Acordo,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal do Contratado:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade (número, data, emissor): \_\_\_\_\_